



WWF

RELATÓRIO

BR

2017

APOIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS:

EXPERIÊNCIAS EM 10 ANOS DE ATUAÇÃO DO WWF-BRASIL NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA



EXECUÇÃO

TIPOIA – Trabalho e Inclusão para Populações, Organizações e Instituições das Américas.



Leonardo Lopes – Administrador com experiência em gestão participativa e associativismo

WWF-BRASIL

Diretor-Executivo
Maurício Voivodic

Coordenador do Programa Amazônia
Ricardo Mello

Analista de Projetos do Programa Amazônia
Moacyr Araújo

Analistas de Comunicação do Programa Amazônia
Jorge Dantas e Frederico Brandão

FICHA TÉCNICA

Elaboração, pesquisa e textos
Leonardo Lopes (Tipoia)
Moacyr Araújo (WWF-Brasil)

Mapas
Laboratório de Ecologia da Paisagem do WWF-Brasil
IBAMA, autoria do mapa da página 15
ICMBio, autoria dos mapas das páginas 17 e 19
SEMA/AC, autoria do mapa da página 27
Cooperfloresta, autoria do mapa da página 83
Giuliano Less, autoria do mapa da página 87

Revisão
Osvaldo Gajardo
Ricardo Mello

Fotos
Acervo CTA
WWF-Brasil / Fernanda Melonio
WWF-UK / Simon Rawles
Leonardo Lopes (Tipoia)
Aurelice Vasconcelos (ICMBio)
Leonardo Milano (ICMBio), autoria das fotos nas páginas 107, 110, 116 e 120

Design gráfico
Guilherme K. Noronha – gknoronha.com

Publicado por
WWF-Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A643

Apoiando a implementação de áreas protegidas: experiências em 10 anos de atuação do WWF-Brasil no sudoeste da Amazônia. / WWF-Brasil. – Brasília: WWF-Brasil, 2017.

122 p. : il.

ISBN 978-85-5574-016-9

1. Conservação e proteção. 2. Unidades de Conservação. 3. Áreas protegidas-Amazônia. 4. Recursos hidrobiológicos. 5. Gestão participativa. I. WWF-Brasil-Fundo Mundial para Natureza.

CDD 333.72
22. ed

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Cristyanne Uhlmann da Costa e Silva CRB-11 879

SUMÁRIO

Capítulo 1 -	A atuação do WWF-Brasil na implementação de áreas protegidas no sudoeste da Amazônia	7
Capítulo 2 -	Alianças e Parcerias	21
Capítulo 3 -	Criação de Unidades de Conservação	27
Capítulo 4 -	Estratégia de Manejo de Recursos Hidrobiológicos	29
Capítulo 5 -	Estratégia de Suporte à Proteção	39
Capítulo 6 -	Estratégia de Fortalecimento da Gestão Participativa	45
Capítulo 7 -	Estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas florestais comunitárias	67
Capítulo 8 -	Estratégia de sustentabilidade financeira de UCs e do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP)	85
Capítulo 9 -	Estratégia de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem	87
Capítulo 10 -	Nossa visão: Os principais desafios para a consolidação de UCs a partir da experiência do WWF-Brasil e parceiros	111
Capítulo 11 -	Nossa visão: As principais oportunidades para a implementação de UCs a partir da experiência do WWF-Brasil e parceiros	115

APRESENTAÇÃO

O WWF-Brasil tem apoiado a criação e consolidação de unidades de conservação estaduais e federais na região do Sudoeste da Amazônia desde o ano 2001, quando foi instalado o escritório regional de Rio Branco, no Acre, vinculado ao Programa Amazônia.

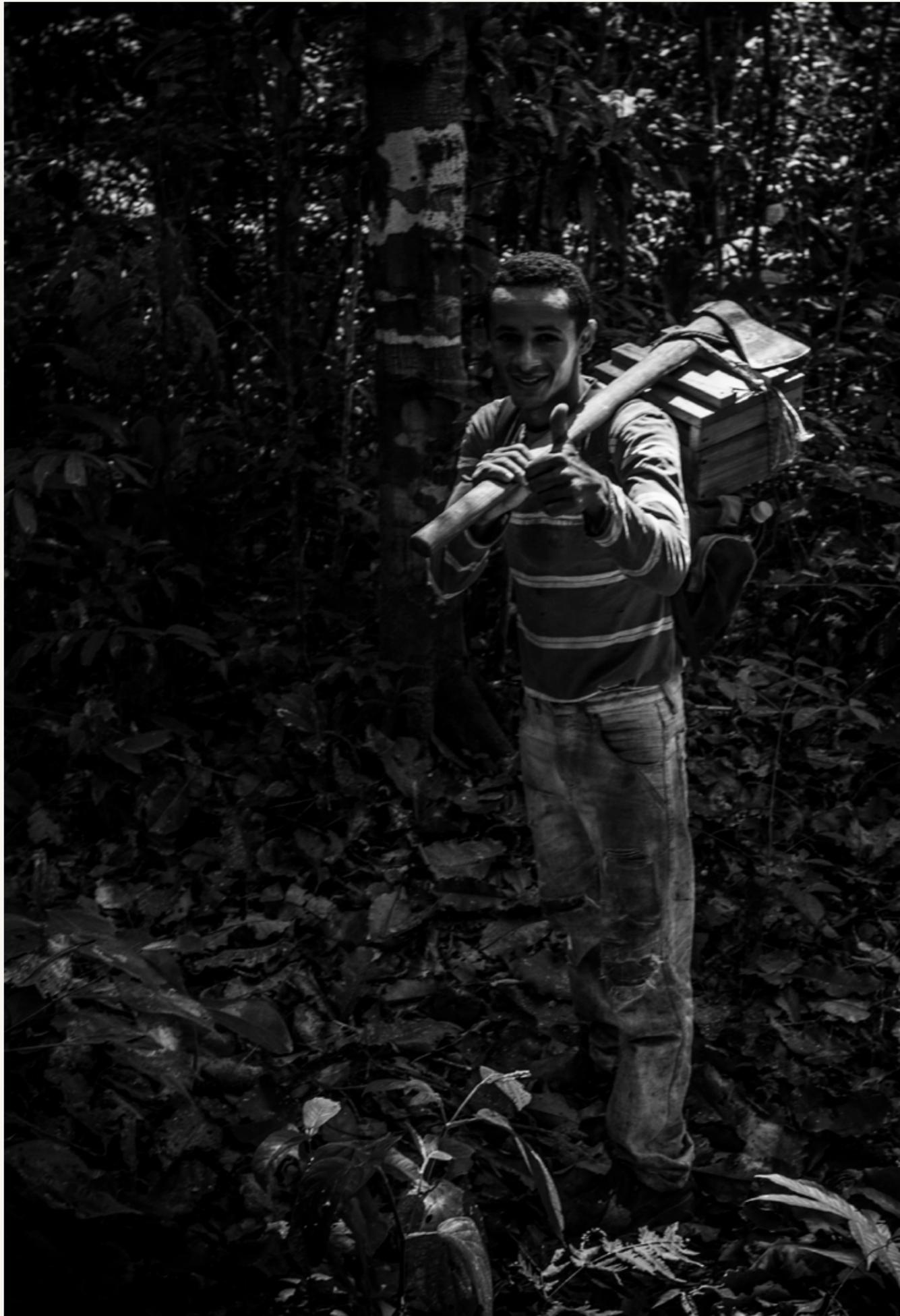
No período de 2005 a 2014 o WWF-Brasil, o WWF-Bolívia e o WWF-Peru receberam importante apoio da Fundação Gordon & Betty Moore para implementar uma iniciativa de escala trinacional, de longo prazo, denominada *Iniciativa para Conservação das Cabeceiras da Amazônia (Amazon Headwaters Initiative - AHI)*. Os fundos da Fundação Moore somaram-se a recursos de parceria com WWF-Holanda, e juntos financiaram as estratégias do WWF-Brasil em UCs do Acre e Rondônia; apoiaram a fase inicial de atuação do ICMBio nas mesmas e envolveu outros parceiros-chave, cujo trabalho coletivo contribuiu para melhorar a efetividade de gestão das UCs e permitiu estabelecer bases mínimas para uma participação social mais qualificada das comunidades na cogestão destas áreas.

Em 2006 foi desenvolvido o primeiro plano estratégico e de monitoramento do Programa Amazônia, onde o WWF-Brasil almejava a meta de **proteger 35% das florestas do Sudoeste da Amazônia e das várzeas do Purus e fortalecer o manejo sustentável dos recursos naturais em 65% de sua área de atuação, contribuindo para a representação de unidades de paisagem, conectividade entre elas e a diversidade biológica e cultural para as futuras gerações.**

Atualmente, as metas do Programa Amazônia estão associadas ao Plano Estratégico Brasil 2020, um planejamento estratégico do WWF-Brasil para os próximos anos, que traz como alguns de seus objetivos:

- "Estimular o envolvimento do setor público e da sociedade brasileira, particularmente do setor privado, nas ações de conservação e políticas públicas socioambientais."
- "Buscar a ampliação e diversificação das fontes de financiamento, para assegurar o equilíbrio financeiro e maior flexibilidade operacional."
- "Assumir protagonismo global na discussão dos temas prioritários e na implementação das estratégias globais da rede WWF."

Ao longo dos últimos 14 anos várias parcerias institucionais foram firmadas e desenvolvidas para possibilitar uma atuação em rede e, portanto, mais efetiva na escala regional. Algumas estratégias e iniciativas, detalhadas nos capítulos, foram planejadas e implementadas em conjunto com esses parceiros, visando contribuir para a implementação ou desenvolvimento dos planos de manejo e das comunidades locais. Para isso, atua-



mos tanto na organização de cadeias produtivas de base florestal e extrativista, que torna a floresta em pé mais valiosa para os seus usuários, como no suporte ao fortalecimento da gestão participativa, da proteção ambiental e da sustentabilidade financeira das UCs beneficiadas, além do próprio processo de monitoramento, avaliação e aprendizagens internas, que foram regulares neste período.

Este produto/relatório está organizado na forma de capítulos, por estratégia de conservação adotada, visando facilitar o acesso aos conteúdos de cada tema pelos diferentes perfis de públicos interessados e comunicar alguns dos resultados alcançados, contribuições e avanços destas estratégias para a gestão das UCs, os desafios que permanecem e as principais lições aprendidas, com as informações, percepções, análises e indicadores mais relevantes para cada estratégia de conservação trabalhada.

Esperamos que a publicação sirva como fonte de consulta, informação e quem sabe para inspirar atuais e futuros gestores de unidades de conservação, lideranças comunitárias, diretores de associações e cooperativas de produtos do extrativismo e do manejo florestal, a comunidade acadêmica e outras ONGs que operam projetos similares na paisagem do Sudoeste da Amazônia.

Boa Leitura!

Ricardo Mello
Coordenador do Programa Amazônia do WWF-Brasil

LISTA DE SIGLAS

AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil

AMOPREBE – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasília e Epitaciolândia

AMOPRECARB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Capixaba e Rio Branco

AMOPRESEMA – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira

AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri

APP – Área de Preservação Permanente

ASSC – Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá-Iracema

ASSEXMA – Associação dos Extrativistas da Floresta Nacional do Rio Macauã e área do entorno

CCDRUs – Contratos de Concessão do Direito Real de Uso

COOPERACRE – Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre

COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários do Estado do Acre

COOPERIACO – Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco

CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia

FDL – Folha Defumada Líquida

FLONAs – Floresta Nacional do Rio Macauã e São Francisco

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

ha – Hectares

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

NB – Núcleo de Base

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

RECI – Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

RECM – Reserva Extrativista Chico Mendes;

RESEX – Reserva Extrativista

SEAPROF – Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre

UCs – Unidades de Conservação



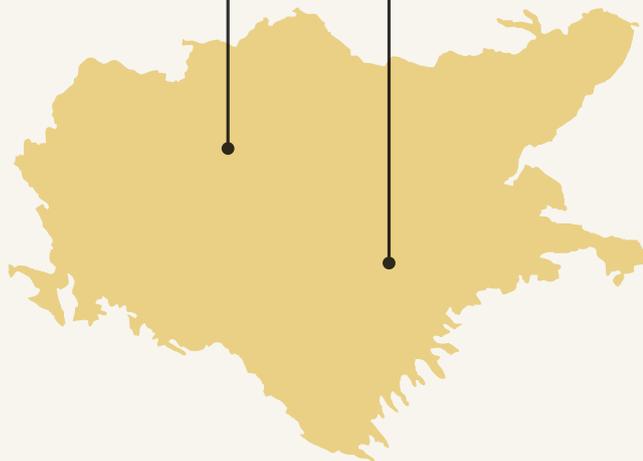
Capítulo 1

A atuação do WWF-Brasil na implementação de áreas protegidas no sudoeste da Amazônia

Meta do WWF-Brasil

Estabelecida no "Plano Estratégico Para o Bloco de Conservação Acre-Purus (BCAP)", do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável, de Março de 2008.

Em 50 anos, 35% das florestas do Sudoeste da Amazônia e das várzeas do Purus protegidas integralmente e 65% são efetivamente manejadas através do uso sustentável de recursos florestais e hídricos, garantindo a representação de unidades de paisagem, conectividade entre elas e a diversidade biológica e cultural para as futuras gerações.



Objetivos Estratégicos do Plano Brasil 2020 do WWF-Brasil

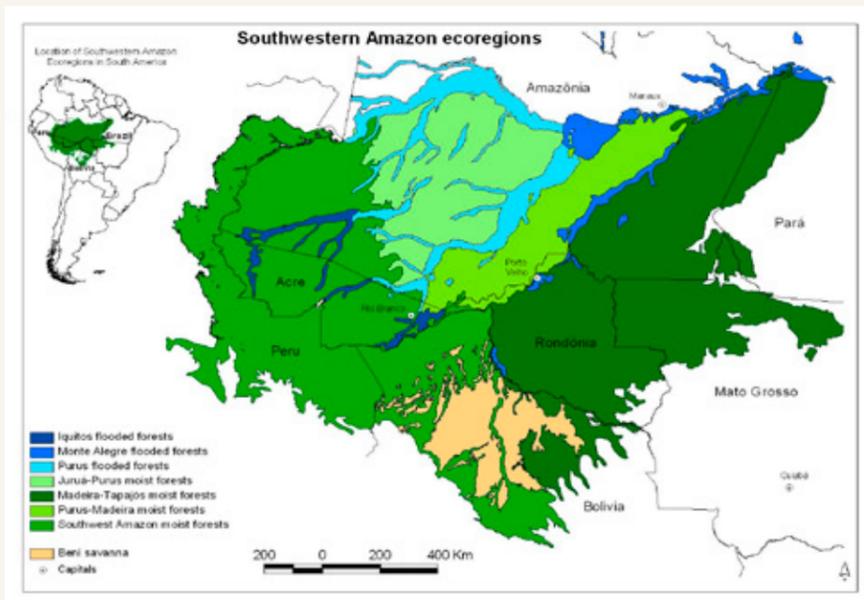
1. Exercer papel proeminente na conservação da biodiversidade terrestre e aquática e na redução das emissões de gases do efeito estufa.
2. Estimular o envolvimento do setor público e da sociedade brasileira, particularmente do setor privado, nas ações de conservação e políticas públicas socioambientais.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS INICIATIVAS PARA O SUDOESTE DA AMAZÔNIA

As ações tiveram como ponto focal a região das cabeceiras das nascentes dos rios e a região de várzea do alto e médio Purus, nos estados do Acre e Rondônia.

Especificamente no estado do Acre, a localização geográfica das ações se deu nas Reservas Extrativistas do Cazumbá-Iracema e na Chico Mendes e áreas do entorno (PAEs), bem como nas Florestas Nacionais do Rio Maucauã e São Francisco e nos municípios de Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá junto a grupos de pescadores;

No Estado de Rondônia as ações focaram na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* e Parque Nacional de Picaás Novos.



Área de abrangência do WWF-Brasil no sudoeste da Amazônia

Os objetos de conservação que foram tomados como referência são as **Florestas da Ecorregião do Sudoeste da Amazônia** quanto a sua representatividade para a biodiversidade, conectividade (fluxo gênico) e manutenção de grandes blocos florestais a fim de manter processos ecológicos; e, para as várzeas do alto e médio Purus, o recurso pesqueiro como sendo o objeto mais ameaçado para a conservação.

O objeto de conservação para as FLORESTAS foi dividido em: 1) Florestas em Unidades de Conservação de Proteção Integral; 2) Florestas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável; 3) Florestas em Projetos de Assentamento e Áreas Privadas; 4) Flo-

restas de alto valor para conservação não representadas em Unidades de Conservação.

O objeto de conservação para as VÁRZEAS considerou grupos de espécies-chave, quanto a sua importância para a economia local e regional, relação/conexão com importantes processos ecológicos da bacia e importância para a conservação da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos. Os 5 objetos de Conservação escolhidos foram: 1) Caraciformes (ex. tambaqui – *Colossoma macropomum*); 2) Pequenos bagres (ex. mandi, curimata, branquinha); 3) Grandes Bagres; 4) Pirarucu (*Arapaima gigas*); 5) Quelônios; 6) Integridade do canal do rio; e 7) Floresta Alagável.

OBJETOS DE CONSERVAÇÃO E AMEAÇAS MICRORREGIONAIS

De acordo com a figura abaixo, pode-se analisar os objetivos de conservação para as florestas e várzeas do Sudoeste da Amazônia e suas respectivas ameaças regionais. As informações constantes nos quadros a seguir foram retiradas do Plano Estratégico da Ecorregião do Sudoeste da Amazônia e Várzea do Purus (WWF-Brasil/2005).

Objeto de conservação	Objetivos de Conservação	Principais Ameaças
Florestas	<p>2006</p> <ol style="list-style-type: none"> Em 10 anos, hectares de florestas em unidades de conservação de proteção integral mantêm sua cobertura florestal, seus processos ecológicos e representatividade de unidades de paisagens. Em 10 anos, 2,9 milhões de hectares de florestas comunitárias em RESEX e PAEs mantêm sua cobertura florestal, seus processos ecológicos e fluxo gênico maximizando a conectividade do mosaico de unidades de conservação. Em 10 anos, 1 milhão de hectares de florestas em Áreas Privadas mantêm sua cobertura florestal em regime de manejo sustentável maximizando a conectividade da paisagem. <p>2014 (Objetivos de conservação do WWF-Brasil)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Exploração ilegal de madeira dentro e fora de unidades de conservação; Expansão da pecuária de pequena escala dentro de unidades de conservação; Expansão da agropecuária de grande escala no entorno de unidades de conservação; Exploração predatória de madeira em assentamentos e áreas privadas; Caça excessiva. <p>Os fatores associados diretamente a estas ameaças são:</p> <ol style="list-style-type: none"> situação favorável à expansão descontrolada da agropecuária de grande escala no entorno das UCs; atratividade econômica da pecuária para os seringueiros e populações tradicionais comparada à economia extrativista; invasão de UCs, terras públicas e assentamentos; esgotamento de fontes de madeira de origem legal.
Várzeas	<p>Os objetivos estão elencados em termos de sua contribuição para o aumento da resiliência do sistema várzea. Os objetivos estabelecidos para o objeto são:</p> <ol style="list-style-type: none"> Caraciformes: Em 10 anos, os caraciformes estão em níveis populacionais sustentáveis, nos quais se verifique um aumento estatisticamente significativo do tamanho médio dos indivíduos, bem como de CPUE (Captura por Unidade de Esforço). Pequenos bagres: Em 5 anos, os pequenos bagres estão em níveis populacionais sustentáveis, nos quais se verifique um aumento estatisticamente significativo do tamanho médio dos indivíduos, bem como de CPUE (Captura por Unidade de Esforço). Grandes bagres: Em 10 anos, os grandes bagres estão em níveis populacionais sustentáveis, nos quais se verifique um aumento estatisticamente significativo do tamanho médio dos indivíduos, bem como de CPUE (Captura por Unidade de Esforço). Pirarucu: Em 10 anos, a produção média do pirarucu atinge a taxa de 3,5 - 4,0 kg/ha. Quelônios: Em 10 anos, as populações de quelônios aumentam em 50%. Integridade do canal do rio: Em 10 anos, no mínimo 75% dos corpos de água são mantidos íntegros ou mitigados de impactos; Floresta alagável: Em 10 anos, no mínimo 75% da estrutura florística original das florestas de várzea, bem como de sua cobertura, são mantidas. 	<p>As principais ameaças que ocorrem na ecorregião são:</p> <ul style="list-style-type: none"> Esforço de pesca exercido pelo pescador urbano local; Sobrepesca exercida pelo pescador comercial (geleira); Fragmentação e sedimentação das áreas alagáveis; Desmatamento das florestas de várzea. <p>Os fatores associados diretamente ao esforço de pesca exercido pelo pescador urbano local são o aumento do esforço da pesca comercial local e a demanda do mercado local. Esta situação é decorrente: 1) do crescimento demográfico; 2) do baixo capital social dos pescadores; 3) da ausência de legislação específica para ordenar os recursos; e 4) da ausência de instrumentos de controle. As causas destes fatores são: 5) a ausência de instituições que promovam a organização social; 6) o processo histórico de dependência do pescador ao aviamento; 7) a estrutura deficiente do Ibama como órgão regulador da pesca; e 8) a falta de prioridade ao setor pesqueiro por parte do poder público.</p>

ESTRATÉGIAS

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO
ADOTADAS NAS UCS E LÓGICA DE INTERVENÇÃO

Objeto de Conservação: FLORESTAS DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA	
Estratégias Adotadas	Linhas de Atuação
1) Apoio ao Manejo Florestal Comunitário de Uso Múltiplo e certificação FSC em Resex e PAEs – como forma de atuar sobre o fator "cadeias produtivas florestais desestruturadas" e promover fonte de renda baseada na exploração sustentável de florestas;	<p>i. Apoio ao Manejo Florestal de Produtos Madeireiros e Não Madeireiros: Apoio para sensibilização para o manejo, treinamento, disponibilização de equipamentos de extração e segurança, definição e aprovação de padrões de certificação para produtos não madeireiros pelo FSC (copaíba, açaí, castanha e outros).</p> <p>ii. Formação e capacitação para o Manejo Florestal Comunitário: Programa de formação e capacitação de lideranças das comunidades em temas específicos como: gestão administrativa, habilidades de liderança, habilidades para trabalhar nos planos de manejo; formação e capacitação de agentes florestais envolvendo membros para a implementação dos planos de manejo; formação e capacitação de profissionais florestais e extensionistas para trabalhar com o manejo florestal comunitário.</p> <p>iii. Programa Estadual de Certificação em Grupo do Acre, estruturação e implementação de política de certificação em grupo apoiado pelo Governo de Estado e outros incentivos tributários ao MFC.</p> <p>iv. Programa de Extensão Florestal do Acre, com doação de equipamento e capacitação de equipe do serviço de extensão florestal do Governo do Estado do Acre.</p> <p>v. Organização/fortalecimento de grupos de produtores e cooperativas para organização conjunta da produção de forma a garantir entrega, qualidade e definição/aplicação de uma política de preços justos que satisfaça as expectativas das comunidades extrativistas.</p>
2) Implementação de Reservas Extrativistas no Alto e Médio Purus - como forma de atuar sobre o fator "Baixa implementação dos planos de manejo de unidades de conservação" e consolidar as RESEX como unidades de conservação da biodiversidade e da cultura extrativista com qualidade de vida;	<p>i. Fortalecimento da Organização Comunitária na Resex: processos de desenvolvimento comunitário com o fortalecimento das organizações e representações de base; elaboração e implementação participativa de Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável; análise da efetividade das UCS (Tracking Tool e RAPPAM); pressão política para desburocratização dos Planos de Manejo Florestal.</p> <p>ii. Apoio ao Funcionamento dos Conselhos de Unidades de Conservação (Resex Cazumbá e Chico Mendes): formação de conselheiros e metodologias de funcionamento de conselhos, bem como apoio para logística de funcionamento dos conselhos.</p>
3) Implementação de Reservas Extrativistas em Rondônia - como forma de atuar sobre o fator "Baixa implementação dos planos de manejo de unidades de conservação" e consolidar as RESEX como unidades de conservação da biodiversidade e da cultura extrativista com qualidade de vida;	<p>i. Apoio a implementação de 5 Planos de Manejo de Uso Múltiplo de Resex;</p> <p>ii. Formação/animação de grupo técnico de apoio multiinstitucional para a gestão/implementação das RESEX;</p> <p>iii. Apoio ao Funcionamento dos Conselhos de Unidades de Conservação (3 Conselhos das Resex Estaduais): a) Formação de conselheiros; b) Apoio para metodologias de funcionamento de conselhos e c) Apoio para logística de funcionamento dos conselhos;</p> <p>iv. Campanhas para fiscalização.</p>

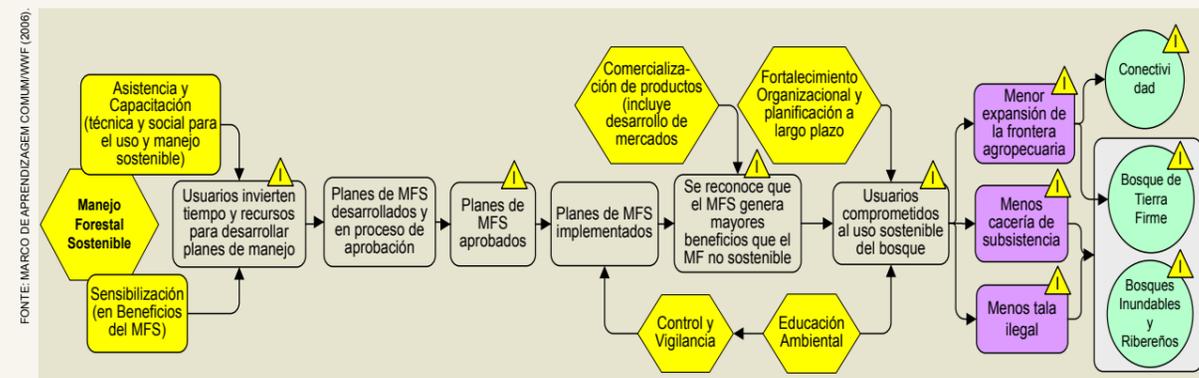
Objeto de Conservação: FLORESTAS DO SUDOESTE DA AMAZÔNIA	
Estratégias Adotadas	Linhas de Atuação
4) Fortalecimento da fiscalização das atividades ilegais em Resex, PAEs e Areas Privadas – como forma de atuar sobre o fator "baixa fiscalização do estado" e diminuir a atividade ilegal de uso dos recursos florestais na região;	<p>i. Plano de Combate ao Desmatamento: <i>pressão política</i> junto com ISA, Greenpeace e Grupo de Trabalho das organizações não governamentais brasileiras sobre florestas; <i>fortalecimento do IBAMA/ICMBio</i>;</p> <p>ii. Fomento a atividade florestal legal: com a aprovação do Projeto de Lei, com o apoio do WWF-Brasil, que regulamenta a gestão de florestas públicas e sua concessão para a exploração florestal esperamos que as novas áreas colocadas a disposição da indústria madeireira diminuam a pressão sobre as unidades de conservação.</p>
5) Apoio ao Manejo Florestal Empresarial e certificação FSC em áreas privadas – como forma de atuar sobre o fator da "demanda de madeira supera oferta de madeira manejada"; promover a modernização do setor florestal e uma economia de base florestal certificada com projeção nacional e internacional;	*Não ocorreu nas UCS.
6) Comercialização de produtos florestais manejados e certificados – como forma de atuar sobre o fator "consumo não consciente de madeira" desenvolvendo links de mercado para produto florestal certificado; promoção de políticas de compra responsável por corporações e governos; campanhas de conscientização de consumidores;	<p>i. Aumentando a oferta de madeira de florestas bem manejadas ou certificadas;</p> <p>ii. Aumentando a consciência do consumidor sobre o consumo de madeira nos grandes centros urbanos;</p> <p>iii. Aumentando o número de espécies madeireiras comercializadas por operações certificadas FSC;</p> <p>iv. Fortalecimento de grupo de produtores e cooperativas para comercialização de produtos florestais: fortalecer a prática do manejo florestal comunitário certificado no Acre, atualmente representado pelas associações de produtores integrantes e cooperativas como forma de ampliar áreas conservadas em PAEs e RESEX da Ecorregião. <i>Apoio as Cooperativas através do fortalecimento da comercialização de PFM oriundos de áreas comunitárias sob plano de manejo sustentável fortalecendo a capacidade gerencial, abertura de novos mercados e organização da produção de produtos não madeireiros (ex. Cooperacre).</i></p>
7) Elaboração e implantação do Sistema Estadual de Áreas Protegidas do Estado do Acre - como forma de atuar sobre o fator "implementação deficiente do ZEE" e consolidar o mosaico de áreas protegidas quanto a conservação da biodiversidade, a gestão das unidades e a repartição de benefícios associados à população acriana;	<p>i. Implementação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre: normatização e regulamentação legal, com implicações de caráter informativo, estrutural e de melhoria dos processos de gestão e repartição de benefícios das UCS estaduais;</p> <p>ii. Apoio ao Funcionamento dos Conselhos de Unidades de Conservação (3 Conselhos das Resex Estaduais).</p>

METODOLOGIA

DE INTERVENÇÃO DO WWF-BRASIL PARA ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA

- Em seus projetos e programas, o WWF-Brasil orienta-se por um conceito chamado Manejo Adaptativo Aplicado a Projetos de Conservação (http://wwf.panda.org/what_we_do/how_we_work/programme_standards/ e <http://www.fosonline.org/what-we-do/what-is-am>). Ele consiste numa metodologia que busca deixar clara a dinâmica ecológica, social e econômica da área de atuação do projeto em questão. Com isso, elabora-se um modelo conceitual que serve de subsídio para o desenho de objetivos, metas, estratégias de atuação e indicadores de monitoramento. Este modelo conceitual tem como características: 1) a elaboração de um sistema de monitoramento que traz hipóteses de impactos esperados; 2) a possibilidade de geração de conhecimento por meio das atividades do projeto; 3) e a criação de um espaço onde a equipe técnica envolvida na iniciativa pode se harmonizar e onde a diversidade de opiniões e formações possa ser potencializada e aproveitada.
- Com base nas semelhanças e nas diferenças existentes entre estratégias comuns foram identificados objetivos de aprendizagem, supostos que foram compartilhados entre o WWF e com seus parceiros no desenvolvimento das ações desse Programa. Essas estratégias são representadas por **Cadeias de Resultados** que demonstram, de modo lógico, a teoria das mudanças que ocorre durante a execução das ações. Cada cadeia é dividida em seções, que variam desse modo: I) Estratégia; II) Supostos de mudança de fatores de ameaça; III) Supostos de mudança de ameaças; IV) Objetos de Conservação.
- A atuação do WWF-Brasil está baseada em sua missão de conservação da biodiversidade como um todo, e dos recursos florestais e hidrobiológicos no Sudoeste da Amazônia. Para isso, são desenvolvidas várias estratégias para consolidar UCs, como apoio a cadeias produtivas comunitárias, manejo florestal sustentável e comanejo de recursos hidrobiológicos. O processo de implementação deste projeto deu-se por um período de cinco anos.

A experiência de monitoramento de estratégias para conservação da biodiversidade desenvolvida pelo WWF-Brasil desde 2006 estabelece um Marco de Aprendizagem Comum das estratégias de implantação de áreas protegidas e a elaboração de uma cadeia de eventos que permeia o contexto das estratégias é a Cadeias de Resultados (figura abaixo).



Cadeia de resultados comuns para Manejo Florestal, 2010.



RESERVA EXTRATIVISTA DO CAZUMBÁ-IRACEMA

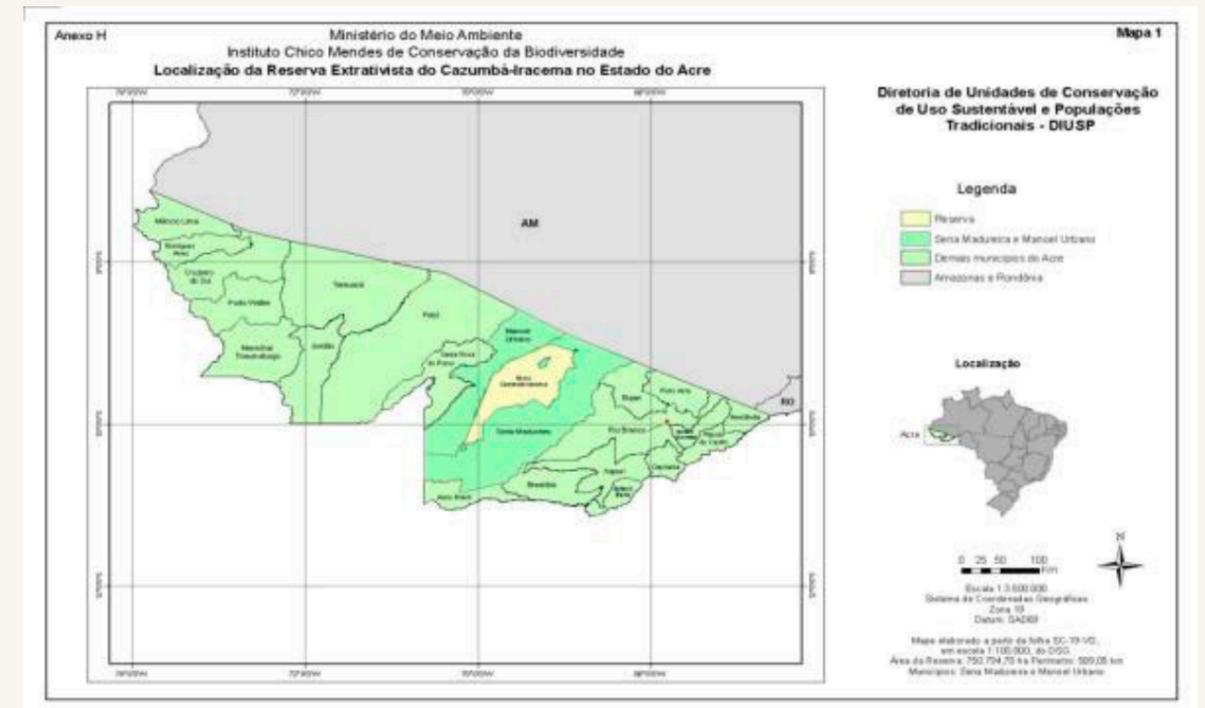
A RECI está localizada na Amazônia Ocidental, no estado do Acre, especificamente nos municípios de Manoel Urbano (6% da área) e de Sena Madureira (94% da área total da unidade); abrangendo quase a totalidade da microbacia do Rio Caeté e parte do Rio Macauã.



Caracterização das Unidades de Conservação

O Plano de Manejo da RECI foi aprovado em 2008 e o Conselho Gestor foi criado em 2009

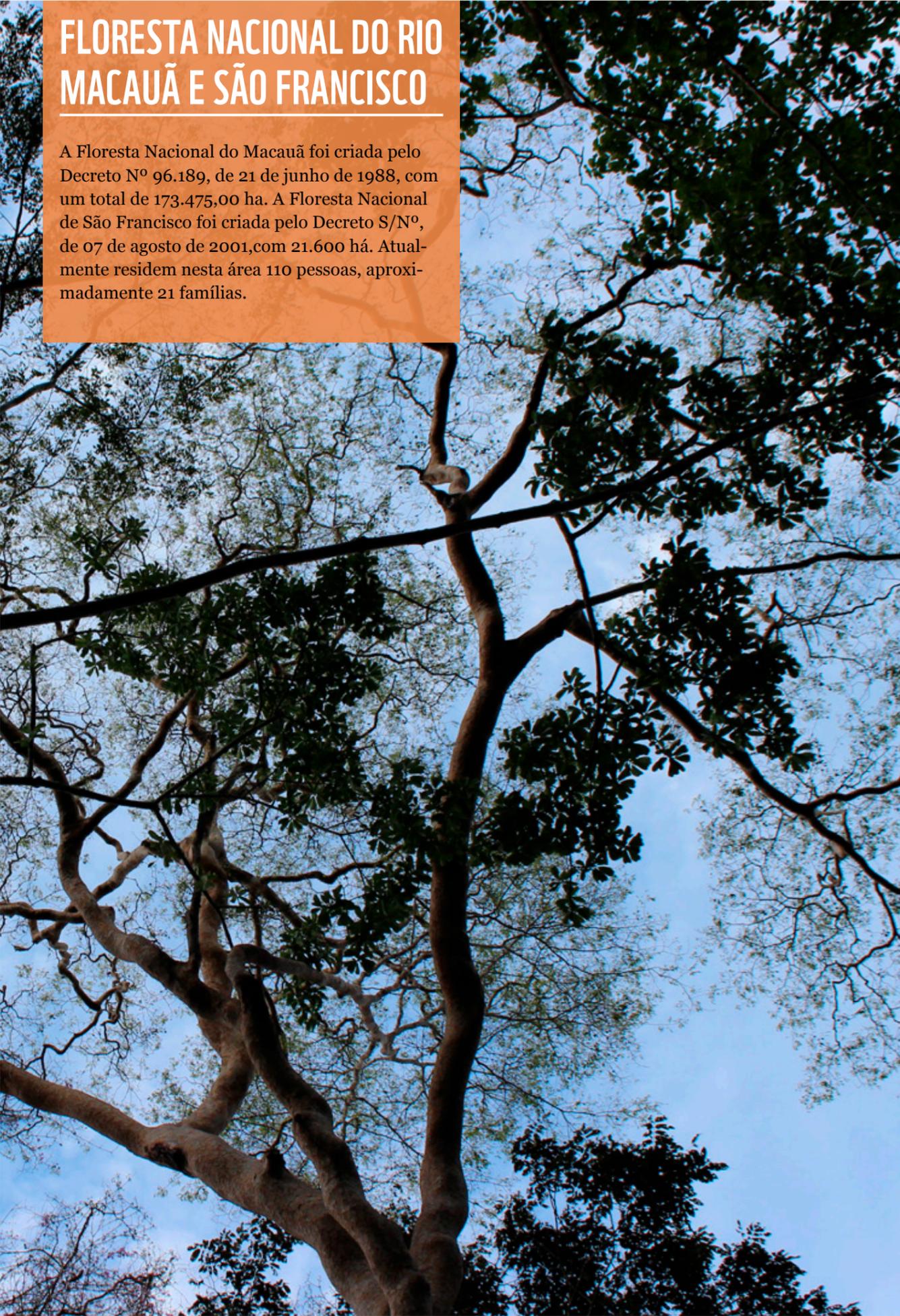
- A Reserva tem seus moradores distribuídos em cinco macrorregiões: *Cazumbá, Médio Caeté, Alto Caeté, Jacareúba-Redenção e Riozinho-Cachoeira*. Possui uma área de 750.794,70 ha e perímetro de 589,05 Km, sendo a 5ª maior Reserva Extrativista do país;
- Estima-se que possui mais de 360 famílias com população aproximada de 1750 pessoas;
- A economia baseia-se no extrativismo da borracha, da castanha e na agricultura familiar. A reserva possui menos de 1% de desmatamento, mais de 450 mil hectares estão em estado preservado e 300 mil de seus hectares estão sob proteção das comunidades tradicionais do local, que produzem a borracha CVP (50% das famílias), castanha (1/4 das famílias), farinha de mandioca (90%, para consumo e 70% para as famílias comercializarem);
- Apenas a Associação dos Seringueiros da Cazumbá-Iracema (ASSC) encontra-se legalmente constituída, definida como associação concessionária ou representativa;
- Há uma porcentagem relevante de jovens na unidade (mais de 60% dos moradores da unidade) e de não alfabetizados (50%);
- A criação de gado, apesar de exercida por 55% dos moradores ainda é pouco intensa, não possuindo grande impacto econômico ou ambiental.



No final de 2013, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em unidades de conservação destacou a Reserva como uma das 10 unidades no país com alta capacidade de gestão e implementação.

FLORESTA NACIONAL DO RIO MACAUÃ E SÃO FRANCISCO

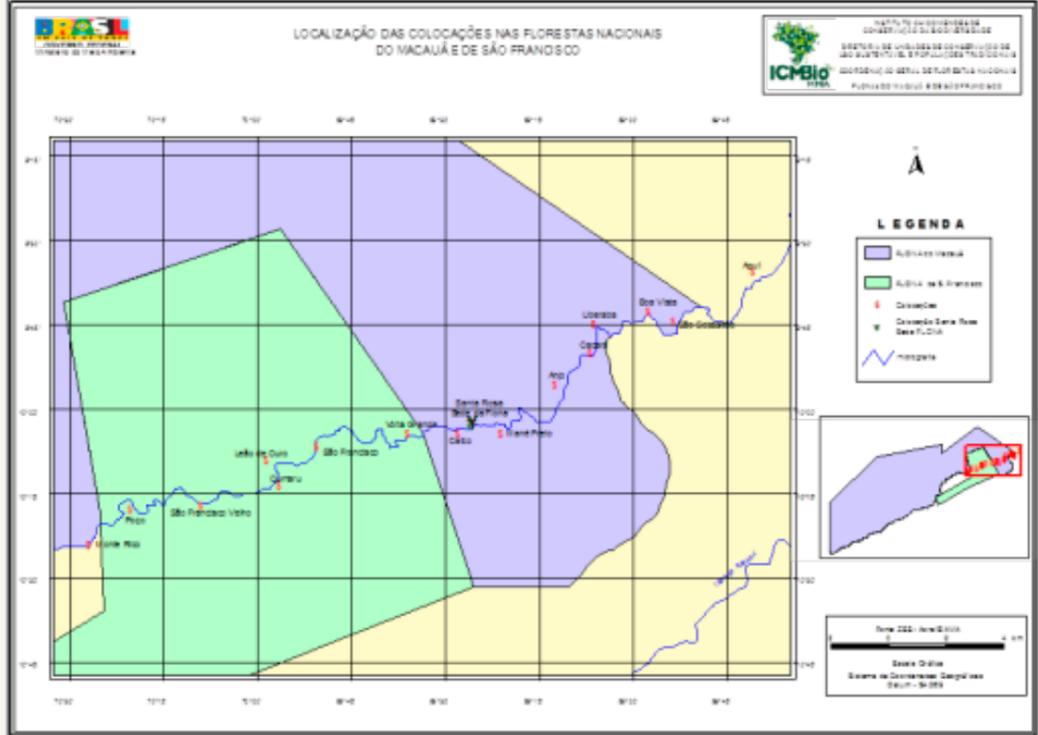
A Floresta Nacional do Macauã foi criada pelo Decreto Nº 96.189, de 21 de junho de 1988, com um total de 173.475,00 ha. A Floresta Nacional de São Francisco foi criada pelo Decreto S/Nº, de 07 de agosto de 2001, com 21.600 há. Atualmente residem nesta área 110 pessoas, aproximadamente 21 famílias.



Caracterização das Unidades de Conservação

Em 1998 foi criada a Associação dos Extrativistas da Floresta Nacional do Macauã. O Plano de Utilização e o Conselho Consultivo das FLONAs foram criados em 2002

- As FLONAs estão localizadas na Amazônia Ocidental, no Município de Sena Madureira, Acre, às margens do rio Macauã, componente da bacia hidrográfica do rio Purus;
- A configuração geográfica e social das UC: 21 famílias, sendo 14 no Seringal Caíco (FLONA do Macauã) e 7 no Seringal de São Francisco (FLONA de São Francisco), distribuídas em 13 colocações;
- A população com idade acima de seis anos apresenta uma elevada taxa de analfabetismo. Cerca de 40% dos indivíduos enquadram-se no grupo de analfabeto total, ou seja, aquele que não sabe ler e escrever. Incluindo neste cálculo o analfabeto funcional, a taxa de analfabetismo da população sobe para 63%;
- A agricultura familiar é a atividade econômica mais importante em toda a região, desenvolvida por 100% dos moradores das FLONAs. São cultivados, principalmente, mandioca para a produção de farinha, arroz, feijão e milho;
- A colheita do látex é realizada no verão, normalmente entre os meses de maio a setembro. Nas FLONAs, do total de 96 estradas identificadas, cerca de 60% encontram-se em uso.
- Quanto ao óleo de copaíba, desde 2004 sua extração e comércio vêm ganhando relevância na economia das famílias residentes nas FLONAs. O aumento anual do preço do óleo tem sido o principal incentivo para os moradores. Desde 2007 a COOPERIACO estava negociando a R\$ 15,00 o quilo do óleo, subindo, em 2008, para R\$ 20,00 o quilo. A COOPERIACO é uma organização importante para os moradores do Médio Iaco e Macauã, apesar de somente 7% dos moradores serem cooperados. Desde a sua criação, em 2000, tem sido responsável pela compra da produção de borracha e do óleo de copaíba das FLONAs.







Capítulo 2

Alianças e Parcerias

Foram aproximadamente 40 organizações parceiras envolvidas na implementação de áreas protegidas no Sudoeste da Amazônia entre 2004 e 2014.

É essencial no processo de governança em relação à organização e execução das ações em parceria:

- **Identificar** ações para o projeto e que carecem de maior integração, bem como, um fator de melhoria coletiva integrada;
- **Replanejar** as ações que dependem de posicionamento e debate com parceiros. O planejamento tem que ter uma instituição guia que orquestre os atores e as ações pactuadas;
- **Disponibilizar** informações que subsidiarão tanto o planejamento executivo quanto estratégico das ações coletivas. Para isto, é necessário "construir um princípio de confiança entre os envolvidos" (Núcleo Maturi).

As estratégias de *Fortalecimento das Cadeias Produtivas Florestais e Gestão Participativa* foram as estratégias que mais proporcionaram a criação de alianças e parcerias. No total, 26 organizações, tomaram parte nos trabalhos relativos a essas estratégias.

A ATUAÇÃO DOS PARCEIROS NA IMPLEMENTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA

Parceiro/Tipo de Organização	UC	Estratégia trabalhada	Linhas de Trabalho	Período
AMOPREAB - Associação dos Moradores e Produtores da Resex Assis Brasil	RECM	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (FDL) e de Fortalecimento da Gestão Participativa.	Apoio na gestão organizacional e social da AMOPREAB/ Fortalecimento dos conselhos, diretorias e Desenvolvimento da cadeia do FDL	2007 a 2013
AMOPREBE- Associação de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Brasília e Epiaciolândia	RECM	Estratégia de Gestão Participativa	Apoio na gestão organizacional e social da AMOPREBE/ Fortalecimento dos conselhos, diretorias e Formação de coordenadores de núcleos de base da associação/apoio financeiro e administrativo	2005 a 2011
AMOPRECARB - Associação de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Capi-xaba e Rio Branco	RECM	Estratégia de Gestão Participativa	Apoio na constituição e regularização da AMOPRECARB/apoio financeiro e administrativo/ Formação da diretoria e conselheiros.	2009 a 2014
AMOPRESEMA - Associação de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Sena Madureira	RECM	Estratégia de Gestão Participativa	Apoio na constituição e regularização da AMOPRESEMA/apoio financeiro e administrativo/ Formação da diretoria e conselheiros/ Apoio estrutural pra associação/Formação de coordenadores de núcleos de base da associação/apoio financeiro e administrativo	2009 a 2014
AMOPREX- Associação de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Xapuri	RECM	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (Madeira) e de Gestão Participativa	Apoio na gestão organizacional e social da AMOPREAB/ Fortalecimento dos conselhos, diretorias e Desenvolvimento da cadeia do FDL	2009 a 2014
ASSC- Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá	RECI	Estratégia de Proteção; Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (copaíba e castanha) e de Gestão Participativa.	Apoio na gestão organizacional e social da AMOPREAB/ Fortalecimento dos conselhos, diretorias e Desenvolvimento da cadeia do FDL	2005 a 2014
ASSEXMA - Associação dos Extrat. Da Floresta Nac. do Macauã e área do entorno.	FLONA	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (copaíba, borracha) e de Gestão Participativa.	Apoio na gestão organizacional e social da AMOPREAB/ Fortalecimento dos conselhos, diretorias e Desenvolvimento da cadeia do FDL	2008 a 2014

Parceiro/Tipo de Organização	UC	Estratégia trabalhada	Linhas de Trabalho	Período
COOPERACRE - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre	RECM, RECI, FLONA	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (copaíba e castanha)	Apoio no desenvolvimento da cadeia produtiva da castanha – estudos técnicos de cadeia, fortalecimento do APL castanha, prospecção de mercado, produtos de comunicação da cooperativa	2005 a 2009
COOPERFLORESTA - Cooperativa dos Produtores Florestais do Estado do Acre	RECM	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (madeira)	Apoio na implementação e desenvolvimento da cadeia produtiva florestal madeireira – aporte financeiro para estruturação e contratação técnica/administrativa; formação dos produtores, desenvolvimento de produtos e estratégias de mercado, articulação de compradores e feiras comerciais, monitoramento dos impactos, desenvolvimento de planejamento estratégico, estruturação técnica/produtiva da cooperativa, apoio para assembleias gerais	2005 a 2015
COOPERIACO-Cooperativa Agroextrativista Prod. Rurais do Vale do Rio Iaco	RECI, FLONA	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (copaíba, castanha e borracha)	Apoio na implementação e desenvolvimento da cadeia produtiva da copaíba/borracha – aporte financeiro para estruturação e apoio as atividades produtivas; formação dos produtores, articulação de compradores e empresas de copaíba, estudos de viabilidade da atividade	2010 a 2014
CTA - Centro dos Trabalhadores da Amazônia	RECM	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (copaíba, madeira) e de Gestão Participativa.	Apoio na formação técnica de produtores e moradores das unidades de conservação e entorno; além da assistência técnica a produtores comunitários madeireiros e extensionistas	2005 a 2011
EKOAR - Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental e Empresarial	RECI e RECM	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (viveiro e agroecologia)	Apoio na formação e assistência técnica a produtores e moradores da Unidade para implementação de viveiro e sistemas agroflorestais comunitários no Núcleo Cazumbá. Apoio na elaboração do Planejamento estratégico da Cooperfloresta	2013
TIPOIA - Trabalho e Inclusão para Populações, Organizações e Instituições das Américas	RECI e RECM	Estratégia de Fortalecimento da Gestão Participativa	Apoio na formação, desenvolvimento e assessoria às associações concessionárias; fortalecimento dos conselhos e de instrumentos de gestão das associações e espaços de gestão participativa	2011 a 2013

Parceiro/Tipo de Organização	UC	Estratégia trabalhada	Linhas de Trabalho	Período
FUNTAC- Fundação de Tecnologia do Acre	RECM, FLONA	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (madeira, copaíba)	Apoio em estudos técnicos de qualidade de óleos florestais, formação técnica para manejo de sementes, apoio na implementação de metodologias de monitoramento	2006 a 2011
GIZ- Cooperação Brasil-Alemanha	RECM	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (madeira e FDL)	Parceiro no desenvolvimento de produtos e cadeias florestais comunitárias a partir da formação, estudos técnicos, arranjos produtivos locais da castanha e do FDL	2006 a 2012
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	RECM, RECI, FLONA	Todas as Estratégias Trabalhadas	Apoio na implementação das UCs (até 2008), ações conjuntas de fiscalização, formação, monitoramento participativo	2005 a 2008
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	RECM, RECI, FLONA	Todas as Estratégias trabalhadas	Apoio na implementação das UCs (a partir de 2009), ações conjuntas de gestão participativa, formação, monitoramento participativo	2006 a 2015
SEAPROF - Secretaria de Estado Extensão Agroflorestal e Produção Familiar	RECM, RECI, FLONA	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (FDL, castanha) e Manejo dos Recursos Hidrobiológicos	Apoio na implementação de atividades de assistência e extensão agroflorestal ao FDL e castanha, apoio na criação e implementação dos arranjos produtivos, apoio nas atividades de assessoria a pesca (despesca, contagem, limpeza dos lagos, elaboração dos acordos de pesca), formação dos produtores	2006 a 2013
SEDENS/SEF- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, Comércio, e dos Serviços Sustentáveis do Acre.	RECM	Estratégia de Cadeias produtivas Florestais Comunitárias (madeira) e Sustentabilidade financeira das UCs	Apoio na implementação de atividades de assistência técnica florestal, apoio na criação e implementação de parcelas de monitoramento, apoio no desenvolvimento dos estudos de sustentabilidade financeira e implementação do SEANP	2006 a 2014
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre	RECM, RECI, FLONA	Estratégia de Criação das UCs e Sustentabilidade financeira e implementação SEANP	Realização de estudos e levantamentos técnicos necessários para criação e de sustentabilidade financeira das UCs do Acre	2005 a 2015
SOS AMAZÔNIA	RECM, RECI, FLONA	Estratégia de Gestão participativa	Plano de manejo, implantação da SEANP – desenho de implantação e apoio ao planejamento de UCs federais	2003 a 2007 2012 a 2014

Parceiro/Tipo de Organização	UC	Estratégia trabalhada	Linhas de Trabalho	Período
UFAC - Universidade Federal do Acre	RECM, RECI, FLONA	Estratégia de cadeias produtivas florestais comunitárias e monitoramento	Desenvolvimento de análises técnicas de óleos e produtos extrativistas, apoio na implementação, pesquisa e monitoramento da atividade de manejo madeireiro	2005 a 2015
Colônia de Pescadores de Manoel Urbano	Lagos no entorno da RECI	Estratégia de Manejo dos Recursos Hidrobiológicos	Beneficiária da estratégia, desenvolvimento de estratégias de co-manejo dos recursos, atividades de despesca, limpeza e contagem dos lagos, formação e aporte de equipamentos e apetrechos de pesca	2003 a 2010
Associação de Pescadores de Pirarucu de Manoel Urbano.	Lagos no entorno da RECI	Estratégia de Manejo dos Recursos Hidrobiológicos	Beneficiária da estratégia, desenvolvimento de estratégias de co-manejo dos recursos, atividades de despesca, limpeza e contagem dos lagos, formação e aporte de equipamentos e apetrechos de pesca	2003 a 2010
Associação de Etnodefesa Ambiental Kanindé	TI Uru Eu Wau Wau e Parna Pacaás Novos/ RO	Estratégia de Cadeias Florestais comunitárias e Suporte à proteção e Gestão de Conflitos Territorial	Criação do plano de proteção integrada, promoção de curso para indígenas, realização de operações de fiscalização integradas, fortalecimento de associações (povos <i>Jupáú</i> e <i>Amondawá</i>), manejo e comercialização de copaíba	2010 a 2011



Reserva Extrativista Rio Croa

(Município de Cruzeiro do Sul, Acre, área de 115.000 ha)

Ações/Período: Estudos biológicos, estudo fundiário, consultas públicas envolvendo as comunidades e planejamento da UC com as comunidades. Realizados entre 2005 a 2007.

Resultados: Processo de criação passou da esfera nacional para a estadual com a conformação de uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). O Governo do Estado do Acre até o momento não efetivou o processo.



Reserva Extrativista do Médio Iaco

(Município de Sena Madureira, Acre, área de 118.000 ha)

Ações/Período: Complemento de alguns estudos biológicos, sensibilização e mobilização da comunidade. Realizados entre 2006 a 2010.

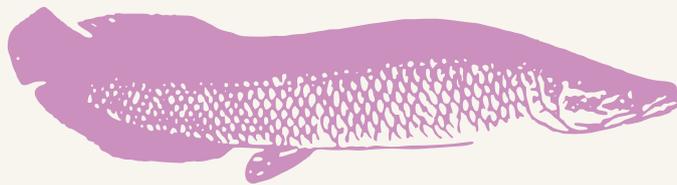
Resultados: Em 2010, a comunidade não aceitou a criação da Reserva Extrativista. Área em fase de estudo fundiária.





Capítulo 4

Estratégia de Manejo de Recursos Hidrobiológicos



O pirarucu é um importante indicador do grau de conservação dos ecossistemas aquáticos (Cartilha de Manejo do Pirarucu. WWF –Brasil, 2010).

O Manejo Participativo do Pirarucu

O manejo participativo do pirarucu foi desenvolvido em parceria com a SEAPROF, as comunidades ribeirinhas, o grupo de manejo e a colônia de pescadores do município de Manoel Urbano, no Acre, entre 2005 e 2010. Embora mais de 25 lagos sejam manejados naquela região, para fins de melhor avaliação de resultados foram priorizados apenas 5 deles. A metodologia de intervenção do projeto baseou-se em: organização dos grupos de manejo e das comunidades; troca de conhecimento entre tecnologias tradicionais e científicas; e capacitação gradual dos pescadores para assumir ações coletivas para a gestão do recurso

O PRINCIPAL PRODUTO DO PIRARUCU É A MANTA, UTILIZADA NA CULINÁRIA, MAS AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS TAMBÉM SE ALIMENTAM DE OUTRAS PARTES DO PEIXE, COMO A CABEÇA.

O PIRARUCU É UM PEIXE COM PESO ENTRE 20 E 150 QUILOS, CUJA CARNE POSSUI UM APROVEITAMENTO ENTRE 57% E 61%.

CARACTERIZAÇÃO DOS LAGOS MANEJADOS

A estratégia considerou a participação dos pescadores e de aspectos técnicos para a definição dos lagos manejados.



Sistema de lagos de várzea de Manoel Urbano, Rio Purus (Acre).

Foram priorizados cinco lagos entre os municípios de Manoel Urbano e Sena Madureira:

Lago Novo: Com área de 28,2 ha e 6 metros de profundidade. Há pesca de 6 espécies principais: cascuda, branquinha, sauna, mandi e sardinha. Esse lago possui acordo comunitário de pesca específico.

Lago Bela Vista: Com área de 57 ha, o Lago Novo possui de 6 a 8 metros de profundidade. Pesca de 6 espécies principais: cascuda, branquinha, sauna, mapará, mandi e sardinha. Esse lago possui acordo comunitário de pesca específico.

Lago Santo Antônio: Com área de 8,8 ha, o lago Santo Antonio possui 10 metros de profundidade. As espécies que possuem maior ocorrência são: cascuda, branquinha, sauna, sardinha. Esse lago possui acordo comunitário de pesca específico.

Lago Santarém: área de 28 ha e 2 a 3 metros de profundidade. Pesca de 14 espécies principais: cascuda, branquinha, sauna, mandi, sardinha, casca grossa, pescada, filhote, surubim, caparari, traíra, bodó, tambaqui e peixe cachorro. Esse lago possui proposta de acordo comunitário.

Lago Grande: Lago localizado no Projeto de Assentamento Liberdade, tendo 350 metros de comprimento, 170 metros de largura e 4 metros de profundidade média. Tem a presença de 8 a 10 espécies macrófitas. Em torno do lago, vivem em torno de 14 famílias, pouco mais de 70 pessoas.

PRINCIPAIS AÇÕES E ATIVIDADES REALIZADAS NA ESTRATÉGIA

“A estratégia de manejo de recursos hidrobiológicos, embora possibilite um amplo espectro de resultados práticos positivos, ainda não tem como demonstrar os efeitos desejados por causa, principalmente, das dificuldades de fiscalização. Mesmo com a existência de mecanismos de gestão participativa, ainda são comuns os conflitos de interesse, a falta de informação dos usuários sobre os recursos e sobre a integração desses com os conhecimentos biológicos, econômicos e sociais”

(Relatório de Monitoramento WWF-Brasil, 2011).

- Ao longo desses anos, foram realizados diversos eventos que buscavam a sensibilização, a capacitação e o envolvimento de pescadores locais. Pode-se citar, por exemplo, a formação de agentes ambientais locais voluntários para monitoramento ambiental e participativo; oficinas de capacitação em manejo de pesca e de pirarucu; mutirões de contagem visual de pirarucu; e reuniões de monitoramento dos acordos de pesca e cursos de aproveitamento de subprodutos do pirarucu;
- Construção e regulamentação de arranjos institucionais de pesca (acordos de pesca) para lagos a serem manejados no município de Manoel Urbano;
- Atividades de formação e monitoramento dos estoques pesqueiros com a participação efetiva dos usuários e das representações dos pescadores, visando a organização e procedência dos registros de pesca;
- Apoio técnico e financeiro para a realização de atividades inerentes ao manejo de pirarucu como a limpeza de sangradouros e dos lagos, a contagem do potencial de pesca, a despesca e o processamento do pescado;
- Apoio à comercialização do pescado manejado, com a prospecção de compradores e a consolidação da Feira Do Pirarucu em Manoel Urbano;
- Confecção de materiais técnicos de formação e de comunicação para os pescadores (cartilhas, folders, etc);
- Diagnósticos e levantamentos do potencial dos lagos para o manejo do Pirarucu;
- Aquisição de materiais, equipamentos e insumos importantes para a realização das atividades produtivas de manejo dos lagos (motor, gasolina, canoas, alimentação, etc).

DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS NA ESTRATÉGIA

Em relação à legislação, os pescadores envolvidos dificilmente compreendem e assimilam as leis. Alguns usuários declaram que muitos pescadores ainda resistem aos acordos e que é possível identificar alguns impactos negativos na área dos lagos. Cabe lembrar que muitos desses pescadores são analfabetos ou semianalfabetos e, desse modo, sua compreensão sobre a legislação acaba sendo menor do que o desejado. Este não é um problema apenas dos pescadores e sim uma realidade comum na região Norte do País.

A avaliação dos resultados é uma tarefa difícil de ser feita visto que, sabendo das penalidades a que podem ser submetidos, os pescadores tendem a dar respostas convenientes nos processos de avaliação e monitoramento – por exemplo, sempre dirão que estão trabalhando dentro do limite máximo permitido nos acordos de pesca.

Consolidação de um sistema de manejo participativo que proporcione maior organização e qualificação dos recursos pesqueiros em suas diferentes etapas de produção.

As instituições fiscalizadoras, por falta de recursos financeiros, estruturais e humanos, não têm condições de realizar fiscalizações frequentes. As fiscalizações só ocorrem após denúncias e a checagem delas, por conta das grandes distâncias, são sempre demoradas. Os agentes ambientais formados pelo projeto, por sua vez, não se sentem à vontade, ou com autoridade, para proceder com a aplicação de advertências ou penalidades sobre seus colegas.

Deve-se avaliar periodicamente o nível de satisfação dos pescadores a partir de informações e dados da pesca do pirarucu e incorporar a prática deste monitoramento nas organizações e atores locais.

Proporcionar a inclusão de novos pescadores na colônia e no grupo de manejadores de pirarucu. Desta forma, as representações comunitárias podem ter maior capacidade operacional e organizar melhor as atividades de manejo, possibilitando a atuação em uma cota próxima da permitida pelo IBA-MA, que é de 40 a 70% do potencial dos lagos.

Qualificar os processos de gestão administrativa e financeira das colônias de pescadores. Da mesma forma, aprimorar e melhorar a organização social entre os grupos de manejo de pesca, as colônias e as comunidades ribeirinhas incluídas neste processo.

Continuar o processo de registro e monitoramento da pesca do pirarucu e retomar as coleta de dados de outras espécies. Neste sentido, implantar os processos de monitoramento na prática das organizações e grupos torna-se um importante componente para um manejo de base sustentável e participativa.

PRINCIPAIS RESULTADOS E AVANÇOS NA ESTRATÉGIA

O manejo do pirarucu trouxe um incremento de renda da ordem de 267% em apenas três anos. Do ponto de vista da conservação dos ecossistemas aquáticos, os resultados também são positivos: a quantidade de pirarucus nos lagos manejados cresceu 88% entre 2005 e 2009. Os resultados no lago Santo Antônio mostram que a produtividade do local pode quadruplicar.



5 LAGOS

De Manoel Urbano tiveram sistemas de manejo de pirarucu implementados. Além disso, houve melhoria nas atividades de despesca, no método de contagem de pirarucu, na limpeza de lagos e nos sangradouros.



33 AGENTES

Ambientais Voluntários formados.



5,5 TON DE PIRARUCU

Produzidos entre os anos de 2007 e 2009 no município de Manoel Urbano.



157 PESCADORES

Envolvidos na formação em técnicas de manejo de pirarucu.



EXPANSÃO

Do Manejo de Pirarucu para os municípios de Feijó e Tarauacá.



60 PESCADORES

Com formação em manejo de pirarucu.



2 INTERCÂMBIOS

Realizados entre comunidades e pescadores de pirarucu na Amazônia.



11 ACORDOS

De pesca estabelecidos entre 2005 a 2008.



AUMENTO

Aumento do estoque de pirarucu e do número de indivíduos capturados nos lagos de Manoel Urbano.

¹ Antes da realização do Acordo de Pesca nos lagos, a CPU girava em torno de 0,3 a 0,4 (SEAPROF, 2004). A partir do acordo a CPU chegou até 22 Kg/malhadeira. No entanto, vale salientar que este potencial poderia ser maior, visto que, na média, os valores da CPU nos lagos com manejo ficaram em torno de 13 Kg/malhadeira. Entre 07 a 15 Kg, significa que o número de desembarques foi bastante reduzido (WWF-Brasil, 2009)

LIÇÕES APRENDIDAS

LIÇÃO 1: Enfatizar ações que gerem retornos palpáveis e criem confiança na capacidade de colaboração do grupo para atingir objetivos comuns. Esses retornos não precisam ser econômicos, mas devem mostrar que as metas estão sendo alcançadas. Os trabalhos de manejo devem iniciar com um grupo de indivíduos que tenha um interesse comum, em vez de tentar convencer uma comunidade inteira a participar. Se obtiver êxito, posteriormente outros vão se unir à iniciativa;

LIÇÃO 2: Os benefícios devem ser distribuídos de forma proporcional à contribuição de cada indivíduo ao esforço total;

LIÇÃO 3: É importante a constância no registro das informações a fim de suprimir as lacunas que comprometem as análises, especialmente as estatísticas que dependem de réplicas amostrais para testar as hipóteses;

LIÇÃO 4: A ação dos Agentes Ambientais Voluntários (AAV's) é imprescindível para o monitoramento. Existem poucos registros sobre as infrações cometidas por pescadores ou visitantes;

LIÇÃO 5: As secretarias municipais e estaduais de produção bem como as comunidades precisam apropriar-se do monitoramento e usá-lo como ferramenta de manejo;

LIÇÃO 6: É preciso ter em mente que, metodologicamente, comparar os diferentes lagos não é a melhor alternativa para avaliar as mudanças proporcionadas por projetos como os descritos nesta publicação. A região dos lagos é marcada por fenômenos que variam no intervalo e na velocidade com que ocorrem, tais como: dinâmicas de vegetação e paisagem, mudanças no clima, ciclo hidrológico;

LIÇÃO 7: Nos lagos onde existe um acordo de pesca para o pirarucu (e esse é efetivo pelo respeito da população ao acordo e a fiscalização contínua), consegue-se manter o pirarucu, mesmo em situações atípicas no regime hidrológico, como a grande enchente de 2009;

LIÇÃO 8: É recomendável que se faça, no futuro, um trabalho de repovoamento contínuo e de manejo de lagos cerrados sem interesse comercial. Esta iniciativa teria como objetivo recuperar o lago e promover a pesca racional do pirarucu;

WWF-BRASIL



LIÇÃO 9: A conservação dos recursos hidrobiológicos precisa ser desenvolvida junto a outros objetos de conservação para integração de recursos florestais com aquáticos (ex: Matas Ciliares, PFTM);

LIÇÃO 10: A experiência de manejo com pirarucu em Manoel Urbano demonstra a hipótese de que as variáveis hidrológicas (grandes cheias) são de extrema importância para a dinâmica populacional de repovoamento dos lagos da região com pirarucu oriundo de outras áreas;

LIÇÃO 11: Deve-se atentar para o pagamento de diárias ou contribuição financeira aos pescadores, sob a ameaça de tornar o processo oneroso e de incumbir a realização de atividades do manejo ao pagamento monetário dos pescadores que já são os beneficiados diretos com o projeto. No entanto, deve-se atentar a atividades que necessitam de barqueiros, cozinheiras e outros profissionais.





Capítulo 5

Estratégia de Suporte à Proteção

A estratégia de Suporte à Proteção teve como área focal o estado do Acre, especificamente a Reserva Extrativista Chico Mendes e a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema; e, no estado de Rondônia, a Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* e o Parque Nacional de Pacaás Novos. A estratégia teve como premissa fortalecer as organizações públicas e comunitárias em sua capacidade de execução de fiscalização e combate a crimes ambientais nas UCs.

No estado do Acre, a estratégia teve como foco o apoio aos processos de sinalização de limites, melhoria do acesso a comunicação e o suporte as operações e vistorias técnicas das organizações competentes. Em Rondônia, além do apoio as operações de fiscalização, destaca-se a elaboração do Plano de Proteção Integrada (PPI) no Parque Nacional do Pacaás Novos e Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.



Operação de fiscalização ocorrida no Parna Pacaás Novos/ TI *Uru Eu Wau Wau*

Resumo das Ações de Suporte e Proteção	UC	PERÍODO
Apoio a sinalização dos limites das Unidades de Conservação e dos núcleos de base	RECI, RECM e FLONA	2009 a 2014
	PACAÁS NOVOS	2014
Elaboração e início da implementação do Plano de Proteção Integrado	Terra Indígena <i>Uru Eu Wau Wau</i> e Parque Nacional de Pacaás Novos	2009 a 2011
Apoio às operações de fiscalização em campo e nas bacias dos rios	RECI e FLONA	2008 a 2011
Apoio à Câmara Técnica sobre proteção e ocupações irregulares	RECM	2010
Instalação de 2 Sistemas de Comunicação para comunidades extrativistas isoladas	RECI	2012 e 2014
Doação de equipamentos para estruturação dos escritórios locais do ICMBio	RECI	2008 e 2009
Reforma de estruturas e escritórios de campo do ICMBio	RECI, RECM e FLONA	2008 a 2010
Curso para formação de indígenas	Terra Indígena <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2009

AÇÕES DA ESTRATÉGIA DE SUPORTE À PROTEÇÃO NO ACRE



Operação de fiscalização ocorrida na TI *Uru Eu Wau Wau*

- Instalação de 2 sistemas de telefonia nas comunidades do Alto e Médio Caeté - Reserva Extrativista do Cazumbá Iracema (2012 e 2014);
- Apoio à sinalização dos limites e acessos das unidades do Acre, bem como de seus núcleos comunitários;
- Apoio ao ICMBio nas operações de fiscalização em campo nas unidades;
- Doação de equipamentos para estruturação do ICMBio para ações de proteção e fiscalização (barco, GPS, motor e computadores, entre outros) nas 3 UCs do Acre;
- Reforma de estruturas e escritórios do ICMBio;
- Apoio a operações de fiscalização na bacia dos Rios Macauã e Caeté.

AÇÕES DA ESTRATÉGIA DE SUPORTE À PROTEÇÃO EM RO

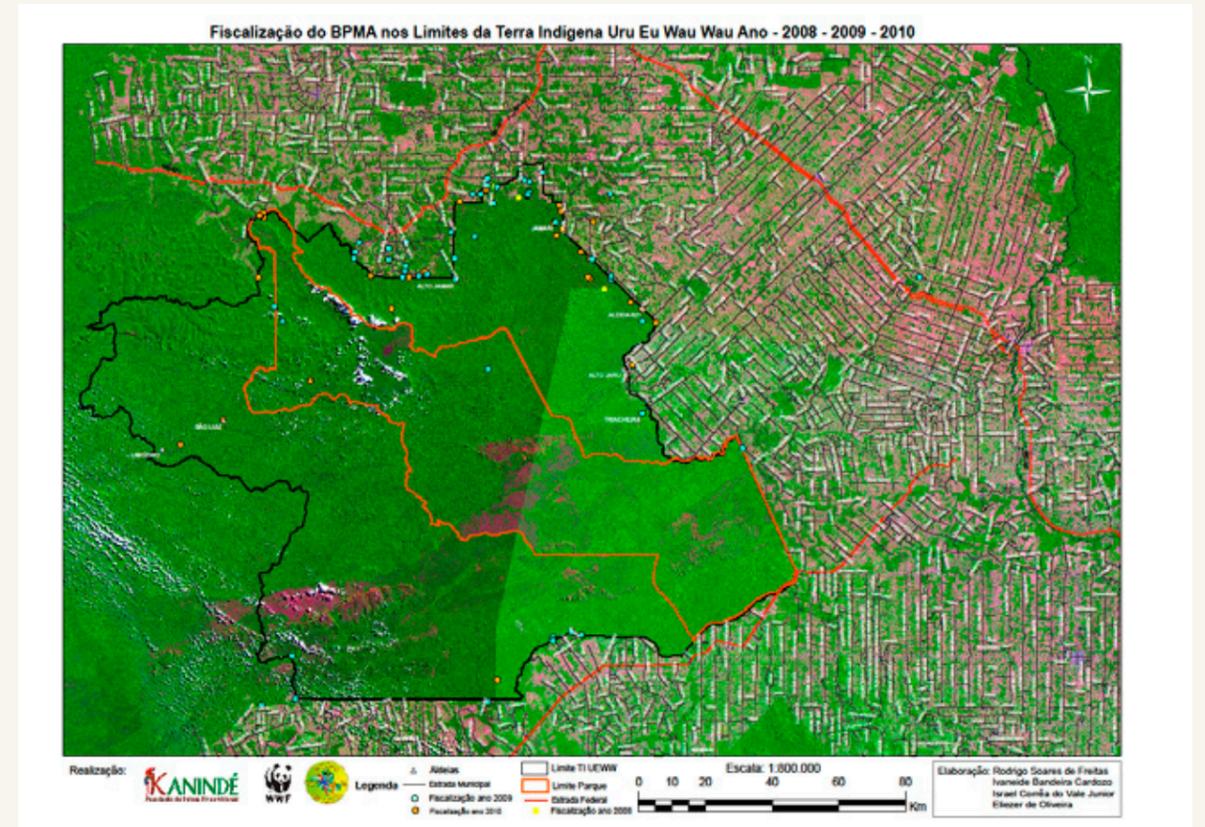


Capa do material didático para o curso de agentes ambientais indígenas.

- Construção e início da implementação do Programa e Plano de Proteção Integrada (PPI) do Parque Nacional de Pacaás Novos e Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*; (2008 a 2010);
- Realização de 3 operações de fiscalização nos limites do parque e da Terra Indígena;
- Capacitação de 20 agentes ambientais indígenas e gestores da FUNAI e ICMBio;
- Realização de intercâmbio técnico entre iniciativas de proteção integrada entre UCs e Terras indígenas na Amazônia no estado do Tocantins, especificamente no Parque Nacional do Araguaia e na Terra Indígena da Ilha do Bananal (TO);
- Apoio à sinalização dos limites e acessos ao Parque Nacional de Pacaás Novos no ano de 2014;
- Elaboração de material didático “Danos ao Meio Ambiente: Como e a quem denunciar” para o curso de agentes ambientais indígenas.

RESULTADOS DA ESTRATÉGIA DE SUPORTE À PROTEÇÃO NO ACRE E RONDÔNIA

- Plano de Proteção Integrado do Parque Nacional de Pacaás Novos e TI *Uru Eu Wau Wau* realizado e pactuado entre as instituições gestoras;
- Mais de 20 agentes ambientais capacitados na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*;
- Maior capacidade de integração/articulação de ações conjuntas entre a FUNAI e o ICMBio e também entre as organizações parceiras em Rondônia, permitindo maior integração de informações nas UCs;
- 29 prisões realizadas, sendo 26 por formação de quadrilha e dano em APP, 2 por porte ilegal de arma de fogo e 1 por dano à área permanente nas UCs de Rondônia.



Área da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* com sobreposição do Parque Nacional de Pacaás Novos

RESULTADOS DA ESTRATÉGIA DE SUPORTE À PROTEÇÃO NO ACRE E RONDÔNIA

- Entre 2008 a 2013, foram lavrados em torno de 50 autos de infração na RECI e FLONAs no Acre;
- Sinalização ampliada dos acessos e limites das UCs bem como de mais de 70 núcleos de base dos moradores e famílias das UCs;
- Com as novas estruturas de telefonia instaladas na RECI, uma área de mais de 750 mil hectares nas comunidades do Alto e Médio Caeté passou a contar com a possibilidade de comunicação direta, potencializando o combate aos crimes ambientais na região;
- Melhoria estrutural dos escritórios do ICMBio visando a qualificação e a melhoria dos serviços de fiscalização prestados pelo órgão nas UCs citadas;
- Aumento das operações de fiscalização nas UCs a partir do apoio institucional do WWF-Brasil;
- Conclusão dos trabalhos da Câmara Técnica de ocupações irregulares da Resex Chico Mendes com determinação de ações corretivas e de responsabilidades junto aos moradores envolvidos.

IMPACTOS

ENTRE MARÇO DE 2012 E ABRIL DE 2014, COM A INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO NA RESEX DO CAZUMBÁ-IRACEMA, NO ALTO CAETÉ, FORAM COMUNICADAS 60 DENÚNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS PARA O ICMBIO



Capítulo 6

Estratégia de Fortalecimento da Gestão Participativa

“Antes de ter o Conselho, os integrantes do grupo comunitário não podiam discutir e votar”

(Representante da RESEX do Cazumbá-Iracema)

WWF-BRASIL



Registro da 6ª reunião ordinária do Conselho Gestor da Reserva Chico Mendes, 2008.

A **Estratégia de Fortalecimento da Gestão Participativa** contou com 3 (três) focos principais:

1. Fortalecimento dos Conselhos Gestores das UCs;
2. Fortalecimento da Participação e Controle Social;
3. Elaboração e Implementação de Planos de Manejo das unidades.



Registro de uma Assembleia Geral da AMOPREX realizada em 2013 em Xapuri/AC.

ENTRE 2005 E 2014, O WWF-BRASIL APOIOU 15 REUNIÕES DE CONSELHOS GESTORES DAS 3 UCS;

ESTE APOIO POSSIBILITOU A REALIZAÇÃO DE 25 ASSEMBLEIAS GERAIS DE 7 ASSOCIAÇÕES CONCESSIONÁRIAS;

FORAM REALIZADOS AINDA APORTES FINANCEIROS PARA ESSAS MESMAS 7 ASSOCIAÇÕES;

O WWF-BRASIL TAMBÉM OFERECIU SUPORTE TÉCNICO AO DESENVOLVIMENTO E REVISÃO DOS PLANOS DE MANEJO DAS 3 UCS.

FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS GESTORES DAS UCS

Principais Ações:

- Suporte técnico para o processo de criação do Conselho Gestor da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema no ano de 2006;
- Apoio financeiro e técnico para funcionamento e operacionalização das reuniões e encaminhamentos do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes entre 2006 e 2014;
- Apoio financeiro e técnico para funcionamento e operacionalização das reuniões e encaminhamentos do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Cazumbá Iracema entre 2006 e 2014;
- Apoio financeiro e técnico para funcionamento e operacionalização das reuniões e encaminhamentos do Conselho Gestor da Floresta Nacional do Macauã/São Francisco entre 2008 e 2014;
- Apoio ao funcionamento de 3 câmaras técnicas constituídas ao longo do período nos Conselhos Gestores das UCS;
- Estudo técnico e analítico sobre o funcionamento de Conselhos Gestores e consolidação de Unidades de Conservação com elaboração de cartilha;
- Apoio técnico e financeiro para execução de deliberações dos Conselhos das 3 UCS;
- Curso de capacitação de 30 conselheiros das 3 UCS com 3 módulos de 80 horas em 2013;
- Participação efetiva do WWF-Brasil como membro dos Conselhos Gestores da Reserva Extrativista do Cazumbá – Iracema (2005 a 2013) e da FLONA Macauã/São Francisco (2008 a 2012).

Desafios e Dificuldades

“... só os documentos não são suficientes para a gestão da Reserva”

(Representante comunitário de conselho de UCs – Cartilha Reflexões sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais)

- Os instrumentos de gestão não são apropriados de maneira uniforme pelo conjunto de conselheiros; mas esses mesmo instrumentos influenciam decisivamente na qualidade da atuação dos conselheiros e promovem o equilíbrio entre organizações civis e públicas dentro dos conselhos;
- Existem entendimentos divergentes sobre os objetivos da UC; em alguns momentos, os interesses do órgão ambiental se opõem aos interesses dos conselheiros; além disso, os objetivos da UC não “aparecem” no cotidiano dos conselheiros e eventualmente provocam conflitos com os aspectos sociais e econômicos das áreas protegidas – que são sempre priorizados em relação aos aspectos ambientais;
- A falta de reuniões regulares e de aplicabilidade do regimento interno dos conselhos prejudica a qualidade e o fortalecimento das relações e redes potenciais ou já estabelecidas;

“Muita gente (morador da UC) não sabe onde está morando. Nós criamos uma reserva, mas nós queríamos ser beneficiados com os Programas de governo. Quando veio a reserva, as pessoas tiveram direito de acessar financiamento, crédito de educação, mas as pessoas não sabiam o que era uma reserva extrativista. Tinham benefícios, mas também deveres. Até hoje, a maioria não sabe o que é uma Reserva. Reserva não é feita para criar gado”

(Liderança Comunitária – Cartilha “Reflexões sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação federais”).

“O Conselho tem se prendido em questões de pouca importância, evitando tratar problemas mais importantes para a UC. É preciso tratar os problemas mais importantes, como a retirada de madeira, entrada de invasores para grilagem de terra, venda de colocações...que só estão crescendo.”

(Liderança Comunitária – Cartilha “Reflexões sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação federais”).

- A falta de planejamento integrado ou planos de ação do conselho e/ou a inaplicabilidade destas ferramentas acarreta descrença e descrédito no espaço do conselho;
- Considera-se que parte dos procedimentos necessários ao funcionamento do conselho é aplicada, principalmente quanto à organização e convocação das reuniões. No entanto, pode-se afirmar também que essas reuniões não são aproveitadas para a geração de um fluxo contínuo de informações para vitalizar e motivar continuamente o conselho;
- As equipes e infraestruturas são limitadas, com pouca capacidade operacional para desenvolver estratégias de comunicação.



Avanços e Resultados

“... O Conselho como espaço de disputa contínua pela ressignificação dos objetivos da reserva é algo perceptível”

(cartilha WWF-Brasil “Reflexões sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação federais”. Fonte: <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?37344/Reflexes-sobre-conselhos-gestores-de-unidades-de-conservao-federais>)

- Nos 3 conselhos analisados, percebe-se que há compreensão sobre a finalidade e o papel do conselho; entretanto, este entendimento não se materializa em uma atuação integrada e dirigida para o cumprimento dos objetivos das UCs;
- Há casos positivos quanto à utilização dos objetivos e instrumentos de gestão das UCs. No conselho da Resex Chico Mendes, os objetivos da Unidade foram fundamentais para diagnosticar o processo de ocupação irregular e definir marcos regulatórios. No conselho da Resex do Cazumbá-Iracema, o plano de manejo orientou a tomada de decisão sobre empreendimentos no entorno daquela área protegida¹;

¹ Como consequência dessa atuação, um projeto de manejo florestal madeireiro do entorno, nos limites com a zona de preservação da Reserva, teve que ter sua área de atuação reduzida por decisão do conselho.



PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

Para o Fortalecimento dos Conselhos Gestores das UCs

“Uma lição positiva foi o fato dos integrantes do grupo terem tido o poder de discutir um documento que serve como base para um regimento interno da UC. Isto é empoderamento e conhecimento. Essa é a maior lição: O grupo pode tomar rumos para resolver situações ou não”

(Representante da Resex Chico Mendes—Cartilha “Reflexões sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação federais”).

LIÇÃO 01: As parcerias entre os membros dos conselhos são essenciais para uma maior efetividade das ações decididas como relevantes para as UCs;

LIÇÃO 02: O espaço do conselho propicia o aprofundamento do conhecimento técnico e amplia o entendimento sobre os diferentes atores sociais e suas interferências no processo de gestão das UCs;

LIÇÃO 03: A alta rotatividade dos representantes das organizações nomeadas dificulta a operacionalização eficiente das reuniões;

LIÇÃO 04: Sem recursos financeiros e humanos suficientes para gestão da UC, as decisões do conselho não são implantadas a contento, tornando necessário maior investimento na sua operacionalização;

LIÇÃO 05: O limitado conhecimento sobre os marcos legais e técnicos que orientem a atuação do conselho dificulta a tomada de decisão;

LIÇÃO 06: A dinâmica de criação dos conselhos com relação ao poder paritário nas deliberações fez com que os componentes do mesmo conseguissem se conhecer melhor e se reconhecer como relevantes na gestão das UCs;

LIÇÃO 07: É fundamental usar as reuniões para continuamente reafirmar a compreensão de que o conselho é um espaço para discutir questões de forma socializada, um espaço de articulação;

LIÇÃO 08: É importante divulgar o conhecimento sobre a origem dos recursos que viabilizam o trabalho do conselho;

LIÇÃO 09: A falta de capacitação continuada do conselho dificulta a tomada de decisão de forma mais qualificada;

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Para o Fortalecimento dos Conselhos Gestores das UCs

FOCO DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES e DESAFIOS QUE PERMANECEM
Quanto ao Planejamento e operacionalização dos conselhos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar com os conselheiros um plano de ação factível, com indicação de responsáveis, prazos, recursos e mecanismos de monitoramento e adequação de sua execução, buscando comprometer os conselheiros com a execução das ações e com auto-avaliação periódica do conselho; • Organizar um sistema de gestão participativa que envolva as organizações comunitárias, os núcleos e os vários arranjos de base e não apenas as associações comunitárias; • Maior investimento na operacionalização do conselho no sentido de torná-lo efetivamente um fórum integrante e atuante na gestão das UCs, com maior participação do conselho no planejamento e execução dos recursos; • Viabilizar acompanhamento jurídico ao conselho, em casos específicos e nas reuniões, para embasar a tomada de decisão dentro dos parâmetros legais; • Buscar a operacionalização do conselho a partir das diretrizes estabelecidas no Regimento Interno e revisar as regras quando necessário.
Quanto ao fluxo de comunicação dos conselhos	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar mecanismos e fluxos de comunicação entre os conselheiros, com atenção para os núcleos e representações comunitárias, permitindo a divulgação e a qualidade de participação; • Propor e elaborar mecanismos para divulgar o trabalho do conselho considerando diferentes ferramentas e as condições de acesso aos instrumentos de comunicação; • Apresentar documentos de gestão em linguagem acessível pode contribuir para que estes sejam apropriados pelo conjunto de conselheiros; • Introduzir novas estratégias de comunicação de forma permanente ao conjunto de conselheiros e para a sociedade em geral divulgando ações, resultados e recursos utilizados.

FOCO DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES e DESAFIOS QUE PERMANECEM
Quanto à dinâmica das reuniões dos conselhos	<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar um ambiente acolhedor dentro dos conselhos para evitar a intimidação dos comunitários e fortalecer, dessa maneira, a representação do grupo; • Definir pautas nas reuniões anteriores ou de forma antecipada para possibilitar as discussões dos representantes em suas bases; • Adotar, como procedimento, a realização de reuniões prévias, um ou dois dias antes, com as representações comunitárias para fundamentá-las para as discussões do conselho e para nivelá-las sobre a execução de políticas públicas e outras; • Realizar reuniões de dois dias, preferencialmente; • Elaborar pautas enxutas com temas comuns, sempre que possível; • Possibilitar o intercâmbio entre conselhos, tanto entre equipes gestoras como entre conselheiros.
Quanto às capacitações dos conselhos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover encontros ou oficinas de conselheiros de unidades de conservação no estado do Acre para troca de experiências e de conhecimento; • Implementar a formação continuada dos comunitários para a gestão das associações e da gestão participativa das UCs; • Viabilizar a formação de novas lideranças comunitárias (jovens, mulheres, etc) para participar na gestão da unidade por meio do conselho, assim como em outras organizações de base; • Buscar, como ferramenta de aprendizagem, a realização de intercâmbios com outros conselhos gestores e unidades de conservação na Amazônia.
Quanto à gestão financeira dos conselhos	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismos que viabilizem autonomia e a funcionalidade do conselho, desenvolvendo sistemas e ferramentas que propiciem que este se torne mais autônomo; • Desenvolver mecanismos financeiros, além de fazer a dotação orçamentária, para viabilizar a autonomia e a gestão participativa do conselho;

FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Principais Ações:

- Suporte técnico, financeiro, logístico e institucional para associações de moradores e produtores das 3 UCs para realização de eventos como assembleias gerais e eleição de diretoria;
- Apoio técnico e financeiro para realização de assembleias ordinárias e extraordinárias das associações concessionárias das UCs;
- Apoio técnico e financeiro para realização de eleições para diretorias executivas das associações das UCs e de coordenadores de núcleos de base, bem como, na revisão, mobilização e proposição de novos estatutos sociais das associações concessionárias das 3 UCs;
- Elaboração de materiais informativos e educativos para comunidades;
- Apoio à estruturação organizacional e gerencial das associações (Implantação de novos estatutos sociais, elaboração de ferramentas de gestão e controle social das associações – atas, registros dos sócios e núcleos, formalização dos núcleos de base e coordenadores, apoio e elaboração de projetos participativos, etc);
- Suporte para as associações comunitárias e concessionárias realizarem o controle social de políticas públicas para Unidades de Conservação e para a população extrativista (Bolsa Floresta, Projeto de Crédito-Habituação, Bolsa Verde, etc);
- Desenho e implementação de um sistema de gestão participativa na Resex Chico Mendes;
- Estruturação e reforma de sedes de algumas associações concessionárias e núcleos de base;
- Estruturação física das associações com a doação de equipamentos e materiais de uso administrativo e técnico;
- Apoio na estruturação de comunicação, transporte e de gestão para associações concessionárias das UCs citadas;

Principais Avanços e Resultados

- Contribuição direta no processo de elaboração, revisão, discussão, aprovação e regulamentação de 10 estatutos sociais de associações representativas das UCs com apoio na facilitação de assembleias gerais e nos procedimentos para a regulamentação dos contratos sociais. Os instrumentos sociais de participação estão em nível razoável de implantação, sendo que, em algumas destas (AMOPREX e AMOPREAB), há autonomia para a realização de assembleias, eleições, etc;
- Apoio direto na criação e institucionalização do sistema de governança das UCs do Acre. Considera-se que uma primeira etapa esteja razoavelmente qualificada no sistema de governança das UCs (constituição dos conselhos, criação e apoio das associações concessionárias, definição, representação e formação de moradores, conselheiros de núcleos de base, etc);
- Institucionalização das ferramentas de gestão das Unidades de Conservação: conselho gestor, plano de manejo, contrato de concessão do direito real de uso, etc;
- **Inclusão de mais de 3 mil pessoas nas ações de fortalecimento das associações, conselhos e núcleos de base das UCs trabalhadas;**
- Maior capacidade dos gestores comunitários na facilitação e organização de procedimentos como a formalização de assembleias gerais, reforma do estatuto social, prestação de contas, dentre outros.

DESAFIOS E DIFICULDADES

Para o fortalecimento da participação e controle social das UCs

Reserva Extrativista Chico Mendes

Desafios que permanecem:

- Localização geográfica: o distanciamento entre as comunidades e os núcleos dificulta a articulação e integração. O desafio que é como construir estratégias de comunicação internas e de acompanhamento regular dos trabalhos da associação;
- Ter capacidade operacional e técnica de execução e monitoramento das diversas agendas com foco ambiental, social, organizacional e produtivo;
- Diminuir a deficiência ou ausência de estrutura de comunicação na reserva;
- Melhorar a estrutura de acesso e logística na RESEX;
- Fortalecer a independência dos núcleos, sem perder a interdependência da associação.
- Transformar a concepção de muitos moradores a respeito da importância da associação. Muitos pensam que a organização é somente para satisfazer a vontade da lei, dos órgãos governamentais, das lideranças políticas, para receber recursos financeiros de projetos, receber infraestrutura, etc. O associativismo é arma fundamental para as conquistas políticas dos moradores organizados;
- Construir estratégias que possibilitem a melhoria da eficiência (presença) do órgão gestor na unidade;
- Fortalecer a "política de direitos" entre moradores e lideranças e enfraquecer a política do favor (com relação a políticos, ONG's e governos);
- A busca por uma independência política com relação aos partidos, governos e antigas lideranças da comunidade;
- Buscar a sustentabilidade ou aumento da arrecadação financeira;
- Buscar a aprovação do Projeto "Seringal Escola" com fontes financeáveis e, posteriormente, a execução do mesmo;

- Garantir acesso e maior regularidade de assistência técnica a partir do perfil produtivo e extrativista local;
- Garantir pontos/estruturas de comunicação permanentes (dentro e fora da reserva) ainda hoje inexistentes;
- Formar e capitalizar a associação para que a mesma tenha condições de deslocamento e de organização para reuniões nos núcleos;
- Garantir, de forma continuada, maior presença do órgão gestor na unidade;
- Possibilitar a formação das atuais e novas lideranças para o quadro diretivo das associações;
- Buscar novos parceiros e apoiadores para desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis;
- Instituir uma rotina de agendamento e visitas nos núcleos;
- Constituir mecanismos e procedimentos de gestão entre a Associação e o ICMBio;
- Garantir de fato a institucionalização da associação nos núcleos/ área de abrangência da mesma;
- Garantir uma agenda propositiva e continuada junto aos núcleos de base;
- Buscar parcerias para contribuir com o desenvolvimento de iniciativas produtivas;
- Definir e consolidar um local para a futura sede da associação;
- Possibilitar a formação de lideranças para o quadro diretivo das associações.

Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

Desafios que permanecem:

- Tornar a Associação dos Seringueiros do Cazumbá-Iracema (ASSC) a associação representativa de todos os moradores da RECI, não só dos moradores do núcleo do Cazumbá;
- Constituir os espaços de participação e deliberação participativa da ASSC;
- Implantar os mecanismos e estruturas de gestão da associação aprovados recentemente no estatuto reformulado;
- Promover a integração das regiões e associação a partir das condições de comunicação e deslocamento;
- Fomentar ações de inclusão social e produtiva nas outras regionais.
- Descentralizar a gestão da ASSC, ter um olhar e uma prática de abrangência com outras regionais, diante da definição de única concessionária da unidade;
- Preparar as novas lideranças para esta “gestão integrada”;
- Dar continuidade a este processo de formação e acompanhamento dos jovens no núcleo Cazumbá, proporcionando a inclusão destes em processos de formação e geração de trabalho e renda;
- Instituir a governança a partir do novo regime de gestão da associação;

Floresta Nacional do Macaúã/São Francisco

Desafios que permanecem:

- Promover a integração e autonomia comunitária frente à gestão da unidade;
- Possibilitar maior proximidade do ICMBio junto a comunidade e associação;
- Preparar a comunidade para a discussão e gestão do Plano de Manejo com vistas à concessão florestal, com mapeamento de baixo acúmulo de conhecimento por parte dos comunitários frente aos mecanismos de gestão;
- Diminuir as deficiências em comunicação, acesso e transporte;
- Possibilitar a formação de novas lideranças para o processo associativo com a inclusão de jovens e mulheres;
- Necessidade de maior acompanhamento e regularidade nas atividades produtivas executadas na Flona.



PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Para o fortalecimento da participação e controle social das UCs – associações, núcleos e moradores

Reserva Extrativista Chico Mendes

Recomendações:

- Garantir e cobrar que as pautas da comunidade sejam discutidas na assembleia;
- Buscar apoios, em conjunto com a associação, para a dinamização econômica e produtiva dos núcleos;
- Garantir que representantes da diretoria façam visitas regulares à comunidade;
- Realizar reuniões regulares no núcleo de base, independente da presença de técnicos ou instituições apoiadoras;
- Propor pontos de pauta para reuniões da associação, com antecedência suficiente;
- Buscar, em conjunto com a associação, parceiros e projetos para o desenvolvimento produtivo (cooperativas, ONGs, etc);
- Agendar com a diretoria executiva e ICMBio, reuniões regulares no próprio núcleo de base;
- Elaboração de uma formação política ampla e contínua que envolva uma reflexão sobre: as políticas de governo, a política ambiental, o sistema de produção, formas de tomada de decisão, formas de governo e formas de produção;
- Dar continuidade ao processo de formação de novas lideranças, oportunizando a participação, quando possível, de jovens/moradores em oficinas, encontros e intercâmbios;
- Viabilizar, em parceria com instituições municipais e estaduais, a operacionalização de programas públicos de compra antecipada, fortalecendo a cadeia agroecológica e a associação;
- Estimular processos de troca de experiências entre os núcleos, com utilização de estratégias como esporte e lazer;
- Cadastramento dos moradores a partir do levantamento dos núcleos de base;

- Construir, junto com os núcleos, rotina de encontros e de procedimentos;
- Buscar a capacitação dos conselheiros em temas de conservação, meio ambiente e associativismo;
- Possibilitar, a cada ano, pelo menos, 1 encontro do conselho de gestão da AMOPREX;
- Realizar reunião anual de avaliação das ações e fechamento das contas da associação;
- Viabilizar a implantação do conselho de gestão da associação, através da realização de um 1º encontro dos conselheiros e operacionalização de reuniões do conselho conforme disposição estatutária;
- Realizar pelo menos 1 reunião no ano para avaliação do trabalho da diretoria e da associação, bem como a aprovação dos balanços anuais;
- Buscar a capacitação dos conselheiros em temas de conservação, meio ambiente e associativismo. Sugerimos a utilização de intercâmbios e troca de experiências como ferramenta didático-pedagógica de ensino e aprendizagem nestes temas que, diante da nossa experiência, demonstrou ser uma importante ação transformadora;
- Realizar, em conjunto com a associação, os controles e procedimentos necessários quanto ao pagamento dos sócios e arrecadação por núcleo de base.

Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

Recomendações:

- Realizar uma assembleia extraordinária com mobilização de moradores de todas as regionais para aprovação e nivelamento das disposições estatutárias e da dinâmica de gestão da Associação dos Seringueiros da Cazumbá-Iracema (ASSC) como representativa de todos os moradores da unidade;
- Realizar, pelo menos uma vez por ano, 1 assembleia geral que possibilite a participação de moradores ou representações de todas as regiões da reserva;
- Realizar, quando possível, reuniões e encontros nas outras regionais para fortalecer o vínculo e a confiança já estabelecida;
- Realizar o 1º encontro dos coordenadores das regiões da reserva e instituir o encontro dos mesmos conforme regulamentação estatutária (duas vezes ao ano);

- ASSC organizar os procedimentos de controle de pagamento e filiação de sócios em todas as regiões em conjunto com o coordenador de cada região;
- ASSC estabelecer uma agenda de encontros e reuniões durante o ano em cada regional considerando condições de deslocamento e acesso aos mesmos;
- Possibilitar e preparar a associação para que moradores de outras regionais possam ingressar no quadro social e até concorrer em cargos diretivos da ASSC, a partir do princípio estatutário da concessionária;
- Promover a integração de alguns jovens do grupo na direção da associação.

Floresta Nacional do Rio Macauã/São Francisco (FLONA)

Recomendações:

- ICMBio realizar um trabalho mais próximo e regular junto as famílias, a partir de um planejamento que se oriente a partir da época do ano com maior facilidade de acesso;
- Instituir urgentemente uma ferramenta de comunicação em pelo menos 2 pontos da reserva (Sede do ICMBio e Sede São Francisco);
- Realizar processos de formação continuamente na comunidade a partir dos temas de interesse e dos desafios;
- Realizar um planejamento participativo do Conselho Consultivo da Flona com vistas à institucionalização de focos de trabalho;
- Apoiar na gestão e execução do subsídio da borracha e acompanhar/reorganizar as iniciativas produtivas na Flona (como projeto das sementes e do mel);
- Discutir e aprovar a proposta de novo estatuto social da ASSEXMA.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS

Para o fortalecimento da participação e controle social das UCs



- **LIÇÃO 01:** A capacidade de gestão está diretamente relacionada à qualidade de participação dos moradores nos diferentes espaços/estruturas de governança das UCs;
- **LIÇÃO 02:** Não existe gestão sem comunicação. A comunicação é a base dos processos gerenciais. Deve-se atentar para as dificuldades de comunicação como condição inerente da gestão participativa e efetiva das Unidades de Conservação;
- **LIÇÃO 03:** Para o desenvolvimento da capacidade de gestão e participação das organizações comunitárias deve-se trabalhar e contribuir na formação continuada de novas lideranças;
- **LIÇÃO 04:** A efetividade e a regularidade de ações do órgão gestor nas unidades são fatores relevantes não só para a consolidação das unidades como também para o fortalecimento da gestão e da articulação das associações;
- **LIÇÃO 05:** A integração e o planejamento participativo dos técnicos e gestores do ICMBio com as representações e estruturas comunitárias são fundamentais para a execução de ações nas unidades;
- **LIÇÃO 06:** Os estatutos sociais devem conter em sua elaboração um retrato fiel do que é possível ser feito de acordo com a realidade das organizações;
- **LIÇÃO 07:** Os estatutos sociais devem conter uma linguagem ainda mais fácil e direta em se tratando de moradores e produtores de UCs;
- **LIÇÃO 08:** O processo de construção participativa de projetos é tão importante quanto o projeto elaborado/aprovado;
- **LIÇÃO 09:** As pessoas não estão acostumadas a participar das atividades de forma ativa; e é preciso empenho e esforço continuados para que isso de fato ocorra;
- **LIÇÃO 10:** A participação diversificada (presença de representantes de diversas comunidades ou núcleos) somente funcionará se houver estrutura de transporte e organização antecipada;
- **LIÇÃO 11:** As pessoas precisam de referências, exemplos concretos, para a partir daí iniciar uma nova proposta, acreditar em algo novo.

SUPOORTE

À ELABORAÇÃO, REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO DAS UCS

Principais Resultados/Ações:

- **Planos de Manejo de duas UCS elaborados;** cessão de apoio técnico e financeiro para elaboração do plano de manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (2005-2008) e das Florestas Nacionais do Macauã e São Francisco (2008-2013);
- **Implementação do programa de sustentabilidade ambiental e econômica da Resex Chico Mendes;**
- **Revisão do plano de manejo da Resex Chico Mendes;** e suporte ao processo participativo com atores sociais para o planejamento deste processo;
- **Proposição de uma metodologia para a atualização e revisão do plano de manejo da Resex do Cazumbá-Iracema;** apoio no processo de avaliação do plano de manejo, com recomendações e perspectivas para futuras atualizações;
- **Comunicação e disseminação dos instrumentos de gestão das UCS;** realização de ações de divulgação sobre os planos de manejo e os acordos de gestão da Resex Chico Mendes e da Resex do Cazumbá-Iracema;
- **Apoio na elaboração e aprovação dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRUs);** fornecimento de suporte técnico para a elaboração de minutas entre as associações concessionárias e o ICMBio.



Capítulo 7

Estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas florestais comunitárias

Cadeias produtivas florestais comunitárias

A estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas florestais comunitárias teve como foco o desenvolvimento de ações para o fortalecimento de produtos madeireiros e não madeireiros (castanha, copaíba, borracha e FDL – Folha de Defumação Líquida) nas UCs e áreas de entorno.

As ações de fortalecimento dos **produtos florestais madeireiros** foram desenvolvidas na Reserva Extrativista Chico Mendes (especificamente na área de Xapuri), em áreas de entorno da Unidade (PAE São Luiz do Remanso) e nos assentamentos agroextrativistas no entorno da unidade. O Plano de Manejo florestal foi desenvolvido em 2009 com 20 produtores e em 2014 conta com 60 produtores da RECM (aprox. 21.700 hectares).

As ações de fortalecimento das cadeias produtivas de produtos florestais não-madeireiros ocorreram em 3 UCs do Acre – RECI, RECM e Flonas. O plano de manejo florestal da copaíba, na RECI e nas Flonas, foi desenvolvido em 2009 e segue em implementação.

ACERVO ICMBIO



Seringueiro colhendo látex na Resex Chico Mendes, em 2014

UC	Cadeia Florestal Comunitária	Período
RECM	Manejo Florestal Madeireiro	2006 a 2014
	Castanha	2007 a 2012
	FDL	2007 a 2011
RECI	Copaíba	2006 a 2011
	Castanha	2012 e 2013
FLONA	Borracha	2011 a 2013
	Copaíba	2006 a 2011



PRODUTOS NÃO MADEIREIROS: COPAÍBA

Resex do Cazumbá-Iracema e
Florestas Nacionais do Macauã e
São Francisco

Principais ações

- Elaboração do plano de manejo para a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema e Florestas Nacionais do Macauã e São Francisco;
- Capacitação e sensibilização de produtores e moradores das UCs para as boas práticas, atividade de coleta, processamento e comercialização da copaíba;
- Estudos de mapeamento da cadeia produtiva da copaíba;
- Prospecção de mercado e apoio na elaboração de contratos de compra e venda das organizações extrativistas;
- Apoio em insumos, materiais para a coleta, o processamento e a venda da copaíba pelas organizações extrativistas.

Principais resultados

- A COOPERIACO alcançou o controle de qualidade do óleo de copaíba. Adquire o óleo utilizando diretrizes de boas práticas, produtores que apresentam embalagens limpas e com o óleo coado sem nenhuma sujeira visível. As embalagens são armazenadas e cobertas por um plástico preto para não ficarem em contato com a luz, garantindo a qualidade do óleo de copaíba. A COOPERIACO também adotou a política de comprar óleo de copaíba exclusivamente dos produtores que são cooperados e utilizam as ferramentas corretas para a extração do óleo;
- A atividade de copaíba gerou em média uma renda adicional de R\$ 900,00 em 5 meses de trabalho;
- A implementação da cadeia produtiva do óleo de copaíba na RECI e FLONAs, uma nova cadeia no leque de demandas por produtos da biodiversidade da Amazônia e como atividade de inclusão produtiva nas unidades;
- A integração e o estreitamento de laços e parcerias institucionais, a partir do desenvolvimento da cadeia, entre associações, cooperativas, comunidades e o ICMBio;
- O WWF-Brasil até junho de 2012 cadastrou 90 produtores e mapeou cerca de 3,4 mil copaibeiras nas UCs abrangendo aproximadamente 42 mil hectares de florestas;
- Estímulo a produção de mais de 1 tonelada de óleo de copaíba proveniente destas florestas comunitárias na safra de 2009. Esta produção foi comercializada através da COOPERIACO, que mobilizou aproximadamente R\$18,5 mil de seu capital de giro, pagando o preço de R\$20 o quilo do óleo de copaíba para o produtor. Isto gerou uma renda anual de R\$343,90 e R\$ 416 por produtor, na Resex Cazumbá-Iracema e nas Flonas Macauã e São Francisco;
- Elaboração do Plano de Manejo da Copaíba para a RECI e FLONAs;
- Formação de 70 produtores das 2 UCs aptos em manejo e boas práticas



PRODUTOS NÃO MADEIREIROS: BORRACHA/FDL

Principais ações

- Capacitação e sensibilização de produtores e moradores das UCs para as boas práticas e a atividade de preparo do FDL;
- Articulação de parcerias comerciais e de estudos da cadeia de FDL;
- Prospecção de mercado e apoio na elaboração de contratos de compra e venda das organizações comunitárias representativas;
- Apoio ao escoamento e estocagem da produção (galpões, barco e abertura de ramal) para produtores de FDL em Assis Brasil;
- Apoio financeiro e institucional a COOPERIACO para organização, manejo e vendas de borracha das UCs;
- Apoio estrutural para estocagem e transporte da borracha da Flona Macauã/São Francisco;
- Apoio e participação no desenvolvimento do arranjo multiinstitucional da cadeia produtiva do látex.

Principais resultados

- Arranjo multiinstitucional para o desenvolvimento da cadeia produtiva da seringueira;
- 30 Produtores e moradores da RECM em Assis Brasil aptos para a atividade de FDL a partir de diretrizes de boas práticas;
- Parceria comercial de venda regular de FDL com a AMOPREAB;
- Fortalecimento da capacidade gerencial e organizacional da AMOPREAB e dos produtores;
- Inclusão de mais uma atividade extrativista no leque de produtos comunitários na RECI como complemento de renda e trabalho;
- Apoio na estruturação da cadeia da borracha e do FDL para as UCs – galpões, materiais, insumos para a operacionalização de safras/vendas;
- Operacionalização e formalização do processo de subsídio da borracha para os produtores e moradores da FLONA Macauã/São Francisco;
- Os produtores da ASSEXMA produzem em média 1,2 a 1,5 toneladas de borracha nativa. Com o acesso ao subsídio, espera-se que o preço médio seja de 30 a 40% maior que o preço atual. No Acre, apenas 1 associação de UC conseguiu acessar este benefício;
- O impulso de retomada da FDL partiu da empresa carioca Treetap, que recebeu um pedido de borracha nativa da empresa inglesa Vert. Essa demanda desencadeou todo um processo envolvendo o Governo do Acre e o WWF-Brasil, mais tarde se estendendo a outras organizações. Em 2008, Vert solicitou 5 toneladas do produto.



PRODUTOS NÃO MADEIREIROS: CASTANHA

Reserva Extrativista Chico Mendes e Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema

Principais ações

O foco da estratégia foi voltado para o apoio a cooperativas. Durante a conclusão do projeto, porém, apenas a COOPERACRE – com 1,5 mil produtores associados, sendo 27 moradores da Resex Chico Mendes – recebia esse suporte técnico e financeiro. Outras duas cooperativas também receberam apoio, mas problemas administrativos e jurídicos fizeram com que esta articulação fosse interrompida.

- Apoio à estruturação e participação política/institucional e de suporte ao GT da

Castanha (APL - arranjo produtivo local da cadeia produtiva);

- Estudos de mapeamento de castanhais e processos de boas práticas de manejo em conjunto com a EMBRAPA e COOPERACRE na RECM (Brasiléia e Xapuri);
- Apoio financeiro e estrutural para as organizações comunitárias;
- Estudo da demanda potencial de castanha na RECI e elaboração do plano manejo para a RECM

Principais resultados

- Formação e implementação do Arranjo Produtivo Local da castanha com a participação de 29 organizações, sendo reconhecido como Grupo de Apoio da Castanha (2005 e 2006);
- Implementação de políticas de precificação constituídas pelo governo federal e estadual, que garantem a fixação do preço de venda dos produtos;
- A aquisição de 19 toneladas de castanha provenientes da Resex do Cazumbá-Iracema e seu entorno. Ocorrida em 2013, essa transação rendeu mais de R\$ 338 mil, distribuídos entre 13 produtores que disponibilizaram sua produção na COOPERIACO;
- A renda obtida por um produtor da COOPERIACO na safra de 2013 foi de mais de R\$ 63 mil. As rendas máximas e mínimas de outros produtores oscilaram entre R\$ 2.995 e R\$ 42,50;
- Apoio na formação e capacitação de produtores em boas práticas de castanha na Resex Chico Mendes.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA FLORESTAL COMUNITÁRIA DA CASTANHA



Desafios

A capacidade de gestão produtiva e de organização dos produtores em suas comunidades é algo que merece uma atenção especial.

Um limitante para a exploração da castanha é sua distribuição restrita em uma pequena área de determinadas UCs.

O acesso a políticas de apoio à cadeia exige um nível de organização e eficiência elevadas, além do processo ser oneroso e burocrático, sendo que, muitas vezes, apenas os deslocamentos a serem realizados até as instituições inviabilizam esta possibilidade.

Como diferencial e vantagem competitiva, as empresas concorrentes e marreteiros (intermediários) realizam o adiantamento da safra, ou seja, eles repassam os recursos financeiros para os extrativistas com bastante antecedência, antes mesmo do início da safra, garantindo assim a exclusividade da compra da castanha que ainda será coletada. Em sua maioria, as organizações representativas das comunidades, associações e cooperativas, não possuem capital para fazer isso.

A cadeia produtiva tem sido ameaçada pelas dificuldades de adequação aos mercados importadores. Tais dificuldades estão relacionadas à ocorrência de aflatoxinas em todas as etapas do processo produtivo.

Recomendações e Desafios Futuros

Necessidade de estudos de potencial produtivo e comercial para comunidades extrativistas do Acre e de Plano de Negócios para expansão da atividade.

Necessidade de continuar a formação em boas práticas de manejo e gestão das organizações comunitárias, bem como proporcionar a formação de novas lideranças nas associações e organizações de base.

O processamento da castanha, se realizado nas UCs, poderia potencializar as perspectivas financeiras da comunidade.

Estimular encontros com outras cooperativas e organizações para aprendizados.

Demanda crescente pelo produto no mercado a partir da castanha com casca e sem casca. Há indícios de que a demanda é maior que a oferta, tendo espaço para ampliação dos negócios.

Desenvolver capacidades gerenciais e cooperativistas e de acesso de políticas públicas à cadeia da castanha.

PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA FLORESTAL COMUNITÁRIA DA BORRACHA E FDL



A RECI E AS FLONAS
PRODUZEM ENTRE
20 E 25 TON
DE BORRACHA
BRUTA EM UM ANO

Desafios

Gestão dos recursos financeiros foram razões para conflitos e falta de confiança dos produtores.

A falta de um cronograma de entregas de borracha e de pagamentos na sede da associação ocasionou desencontros entre produtores e associação, gerando descontentamento e desconfiança nos produtores.

A associação não cumpriu as datas de entrega e nem as quantidades de borracha em FDL contratadas junto à empresa compradora, obrigando-a a recorrer a compras de outra usina local. As dificuldades se deram em relação à escala de produção contratada com a capacidade de organização social e produtiva dos produtores organizados.

Buscando atender a demanda da empresa compradora em determinada, a associação de produtores de FDL comprou látex centrifugado; a experiência, no entanto, foi mal sucedida, já que este produto não tinha tanta elasticidade quanto a FDL feita com látex fresco.

Há necessidade de aprimoramento da tecnologia de forma a otimizar a mão-de-obra no processamento, permitindo que os extrativistas gastem menos tempo com a produção de FDL e possam realizar outras atividades produtivas para complemento da renda e subsistência.

Há um consenso de que o Governo do Estado, através da Secretaria de Produção (Seaprof), tem o papel de liderança do processo de governança da cadeia do FDL, uma vez que cabe a ela a maior responsabilidade pelo desenvolvimento da cadeia. Porém, também existe o consenso de que a mesma não dispõe hoje de recursos suficientes, o que vem limitando o engajamento de outras organizações neste processo.



ENTRE 2010 E 2012, FORAM PRODUZIDAS MAIS DE 115 TONELADAS DE BORRACHA BRUTA - A MAIOR PARTE DELA, NATIVA. MAS TAMBÉM FORAM PRODUZIDAS BORRACHAS DE CULTIVO: 36 TONELADAS EM 2010; 44 TONELADAS EM 2011 E 34 TONELADAS EM 2012.

Principais Lições Aprendidas

Os entendimentos divergentes entre associação e empresa compradora de FDL evidenciam a necessidade de adotar um procedimento simples, que é o registro de reuniões, acordos e compromissos. Esta deve ser uma prática entre todos os atores para o monitoramento das parcerias e alianças.

Conceitualmente, os arranjos produtivos locais devem ser liderados pelos entes produtivos, os operadores da cadeia. Essa é uma experiência ainda nova, pois importa um conceito do meio empresarial para ser usado com cooperativas e negócios comunitários. No caso do FDL, é mais inovador ainda porque os agentes produtivos são de natureza mista: empresas, associações e cooperativa.

A presença de um agente de negócios, não exclui a necessidade de uma assessoria direta para a associação. Sobretudo na questão de negociação de preços e formalização de compra e venda. Mesmo que sob sólidos princípios de comércio justo, há uma grande dificuldade de atender as necessidades de todas as partes com equidade. Nesse sentido, é fundamental a presença de uma terceira parte para apoiar a associação na definição de preços e negociação de termos de contrato.

A principal questão levantada pelo grupo é quanto ao papel do *agente de negócios* – se seria de “ator” ou de “apoio” na cadeia. Cabe acrescentar aqui que as cooperativas, por sua natureza social, que pressupõe a participação econômica dos sócios, podem atuar como *agentes de negócios* eficientemente, uma vez que têm seus objetivos voltados para as atividades de produção e comercialização de seus associados.

Deve-se considerar um planejamento factível diante da introdução de uma nova atividade produtiva como o FDL, principalmente quanto ao conjunto de informações produtivas e o tempo necessário para o aprendizado e o desenvolvimento de processos produtivos autogeridos.

A medida de simular exemplos concretos foi muito esclarecedora para os produtores. O que mostra a importância da didática e linguagem adequada nos encontros com produtores para que de fato a comunicação aconteça.

O ACESSO AO SUBSÍDIO DA BORRACHA É FEITO PELA COOPERIACO, QUE RETÉM R\$ 1,10 DE CADA QUILO COMERCIALIZADO PARA TAXAS ADMINISTRATIVAS E TRANSPORTE. COMO CONTRAPARTIDA, ELA REPASSA AO PRODUTOR R\$ 4 POR QUILO DE BORRACHA ENTREGUE NA COOPERATIVA.

Recomendações e Desafios Futuros

Além do fornecimento dos equipamentos em tempo hábil para a produção, outra questão chave para otimizar a capacidade de produção e reduzir custos para o produtor é o aperfeiçoamento tecnológico.

O estabelecimento de uma boa governança é um desafio para que se possa solucionar problemas de comunicação entre as instituições e evitar confusões de papéis e funções na cadeia produtiva do látex para FDL.

Definição de um sistema de logística que considere as diferentes condições dos produtores.

Orquestrar os diversos parceiros para que trabalhem juntos de forma a não frustrar resultados e potencial da FDL e comprometer a credibilidade do processo.

Existe uma expectativa de melhoramento do sistema produtivo e da necessidade de aprimoramento da etapa de coleta do látex, de forma que o seringueiro possa armazenar o látex extraído e acumular a produção de alguns dias para coagular uma quantidade maior de látex de uma só vez.

É necessário estabelecer uma cultura de monitoramento, avaliação e aprendizagem dentro da cadeia produtiva da FDL.

É necessário estabelecer uma relação direta entre comunidade e empresários de produtos florestais, através de intercâmbios entre os dois públicos, para que ambos se conheçam.

Proporcionar a difusão da atividade do FDL em comunidades extrativistas que tenham perfil de trabalho com borracha.

Conscientizar o produtor através de oficinas para uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) e conservação do kit, grande parte dos produtores não tem o ensino básico e trabalhar a gestão dos recursos é fundamental.

A produção de borracha diminuiu nos últimos 4 anos nas UCs. Parte disso se deve ao baixo preço do produto e a dificuldade que os produtores têm de acessar subsídios. Em determinado momento, se pegava R\$ 2,80 aos produtores – mas questões de mercado fizeram com que este valor fosse reduzido para R\$ 2,30.

Fazer com que os produtores reinvestam o capital adquirido com a comercialização da FDL na própria atividade.

Acessar subsídios federais e estaduais, estimular o produtor a extrair o látex e diversificar a produção.

Estabelecer planos de trabalhos e orçamentos conjuntos e complementares entre os diferentes parceiros da cadeia produtiva do látex para FDL.

Deve-se buscar a agregação de valor ao látex, procurando outras aplicações, aprimorando os métodos de venda final aos consumidores ou criando selos que possam atestar que se trata de um produto absolutamente natural e artesanal.

Conseguir recursos para oferecer condições de segurança, produção e manejo de FDL em outras áreas prioritárias e estratégicas para a conservação da RESEX Chico Mendes, RESEX do Cazumbá-Iracema, Flona Macauã/São Francisco.



MADEIRA DE ORIGEM COMUNITÁRIA

Para esta estratégia, o foco está no fortalecimento da organização representativa dos produtores comunitários madeireiros, neste caso, a **COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários**. A Cooperativa foi constituída em 2005 tendo como principal objetivo desenvolver políticas de estruturação do manejo florestal madeireiro comunitário, nos processos de licenciamento, produção, beneficiamento e comercialização, encurtando o caminho até o mercado e agregando valor à produção florestal.

Principais ações

- Formação e capacitação de produtores comunitários em manejo florestal e nas etapas produtivas inerentes ao manejo madeireiro;
- Estruturação física, operacional e de recursos humanos da COOPERFLORESTA durante um período de 5 anos;
- Apoio na operacionalização das atividades produtivas e nas safras anuais;
- Apoio técnico e financeiro na implementação e monitoramento da certificação de áreas de manejo da COOPERFLORESTA pelo FSC;
- Apoio ao desenvolvimento da capacidade de gestão social da cooperativa;
- Apoio ao desenvolvimento da capacidade de gestão social e cooperativista, a partir dos espaços e instrumentos de gestão, bem como, na qualificação da gestão financeira e administrativa (constituição de mecanismos de controle, gerência e transparência).

Principais resultados

- Promoção de autonomia financeira e técnica da COOPERFLORESTA na Cadeia Florestal Madeireira, com capacidade gerencial de capitalização e financiamento;
- Implementação da Cadeia Florestal Comunitária Madeireira no Estado do Acre com a gestão produtiva e comercial feita pelos moradores;
- Capacidade gerencial do manejo florestal instalada e em funcionamento: sistemas e procedimentos internos de controle e eficiência;
- Manejo florestal comunitário sendo realizado em 5 comunidades extrativistas na RECM em Xapuri, com demanda de expansão para comunidades nos municípios de Brasiléia e Assis Brasil;
- 60 famílias e moradores de UCs e áreas de entorno incluídos no Manejo Florestal Comunitário Madeireiro.

Quadro Comparativo de Indicadores da COOPERFLORESTA

Indicadores	2005	2007	2009	2011	2013
Nº Produtores	30	50	-	154 ¹	170
Nº Produtores certificados	-	63	88	133	-
Renda Média (R\$/ano)	1.000 a 1.500	2.500	5.000	9.000	11.000 a 13.000
Volume (m ³)	600 a 800 m ³	1.205,45 m ³	6.343 m ³	19.000 m ³	25.000 m ³
Receita Bruta (R\$/ano)	120.000	204.926,50	444.010	1.260.000	1.500.000
Preço Médio (R\$/ano)	90	170	70 (bruto) 52 (líquido)	90	110

Fatores que influenciaram o volume comercializado, o preço da madeira e a renda média por produtor

2008

Todas as áreas licenciadas foram exploradas. A Cooperativa alugou uma serraria para serrar a madeira em toras - mas o estabelecimento faliu, gerando um prejuízo de R\$ 600 mil.

2009

Comercialização da maior parte da produção sem processamento para a Pisos Xapuri - preço 75% acima do de mercado por ter a certificação florestal FSC. Foi uma boa estratégia para superar dificuldades administrativas e de infraestrutura, reduzir custos e obter bom rendimento.

2010

Volume menor de madeira devido a problemas de atraso no licenciamento (por limitações do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC)

2011

Cooperativa fechou o ano sem débitos. Neste período, foi elaborada uma estratégia de extrair 14 mil metros cúbicos de tora, que seriam comercializadas com a Laminados Triunfo. A iniciativa teve como objetivo levantar capital de giro, custear a safra e agregar valor à produção – segundo cálculos feitos na época, seriam necessários R\$ 1,5 milhão para resolver esses problemas.

2013

Neste período ocorreu a elaboração de um projeto junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este projeto tinha o valor de mais de R\$ 2 milhões e custearia o desenvolvimento das atividades produtivas e organizacionais da cooperativa.

Avanços na gestão financeira, administrativa e produtiva da COOPERFLORESTA

- Construção do planejamento estratégico (2010 a 2015);
- Construção do plano de negócios;
- Implementação do sistema de emissão de Nota Fiscal Eletrônica;
- Auditoria do sistema de contabilidade (desde a fundação até 2009);
- Construção do plano estratégico de ação do manejo comunitário madeireiro no Acre. A COOPERFLORESTA foi o ponto focal dessa estratégia, e teve U\$ 146,5mil para aplicar como capital de giro;
- Implementação de sistema interno de contabilidade;
- Mudança no regime de tributação da Cooperativa (saindo do lucro presumido para o lucro real);
- Em apenas 4 anos após a criação (2009), houve um aumento de 410% no volume total comercializado (aumento de 120% no faturamento);
- Em 2008, todas as áreas da Cooperativa já estavam licenciadas.

Desafios da COOPERFLORESTA e do manejo florestal comunitário madeireiro

- Atraso e lentidão no processo de licenciamento dos POAs (Plano de Operação Anual) no IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre, órgão estadual responsável pelo licenciamento florestal;
- Dificuldades estruturais e técnicas para a serragem e processamento de madeiras;
- Dificuldade de obtenção de capital de giro para custear as safras anuais e agregar valor aos produtos e serviços florestais comunitários;
- Falta de entendimento dos produtores sobre cooperativismo e visão imediatista sobre os rendimentos, em contraposição aos serviços da cooperativa;
- Constituir junto aos sócios crescentes uma cooperativa que seja inclusiva e que proporcione autonomia política, produtiva e econômica aos seus associados;
- Qualificar aspectos técnicos específicos das etapas do manejo comunitário madeireiro, como identificação botânica de espécies, planejamento e logística de arraste e transporte, entre outros;
- Capacitar os novos produtores. A cooperativa necessita implementar um plano de formação em manejo florestal para todos os associados, em especial, aqueles que se inserem no quadro social;
- Estabelecer qualidade no desenvolvimento de novos produtos e serviços florestais (como na área de serviços florestais).

Em reuniões na Resex Chico Mendes para a elaboração do Diagnóstico de Construção do Planejamento Estratégico (2010), os produtores descreveram os pontos a serem melhorados: delegação de responsabilidades; comprometimento do associado/cooperado; distribuição da receita obtida pela cooperativa para investimentos e manutenção da Cooperfloresta; participação/envolvimento da comunidade nas atividades de Manejo Florestal.

Focos do Planejamento Estratégico COOPERFLORESTA 2010-2015

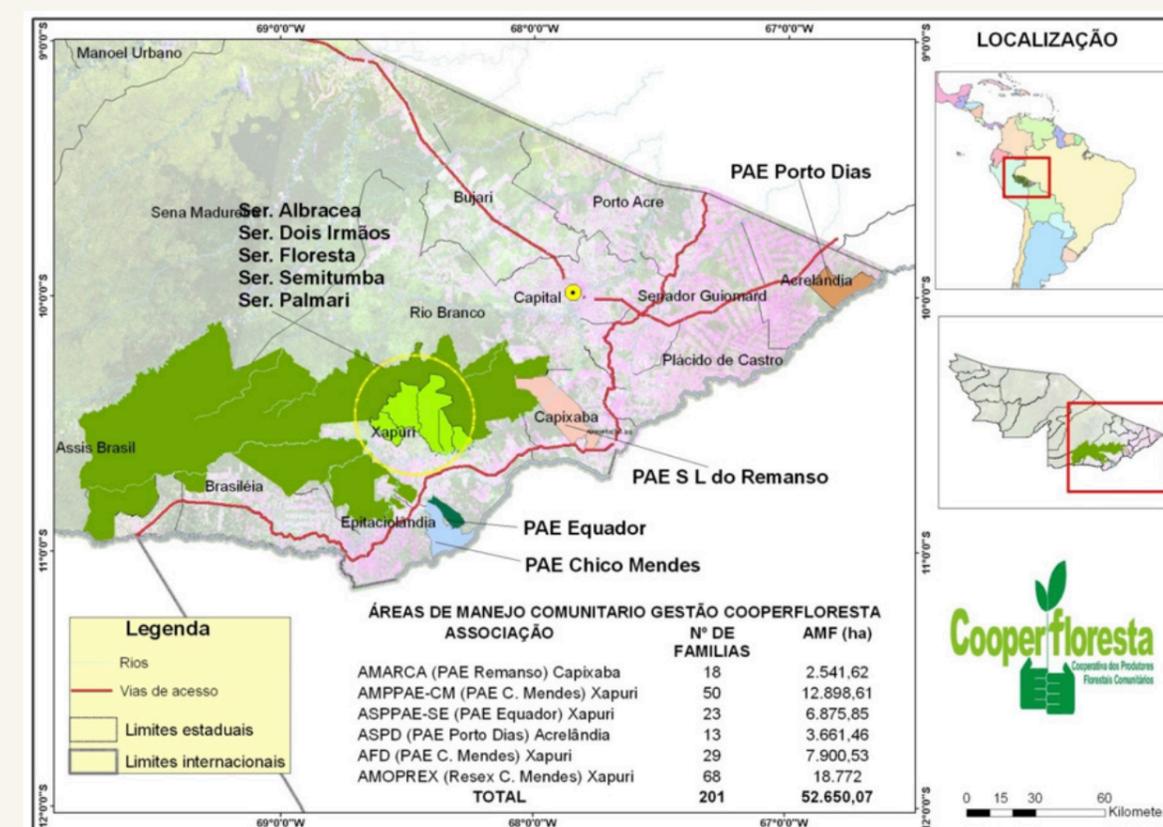
Prioridade 1: Desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Prioridade 2: Capacitação técnica em manejo florestal de uso múltiplo comunitário.

Prioridade 3: Gestão organizacional orientada para resultados.

Prioridade 4: Melhoria nos trabalhos de Monitoramento, Marketing e Comunicação.

Mapa da área de atuação da COOPERFLORESTA – Manejo Madeireiro



Nove comunidades foram apoiadas para o manejo madeireiro comunitário, sendo cinco da RECM (Albrácia, Dois Irmãos, Floresta, Semitumba e Palmari) e três comunidades no entorno (Equador, Cachoeira, Remanso e Porto Dias).

As operações de manejo florestal no entorno da RECM ocorreram a partir de 2004 de acordo com os respectivos POAs - Planos Operacionais Anuais. No entanto, dentro da RECM, a primeira extração de madeira manejada só foi realizada em 2014, com a retirada de 4 mil metros cúbicos de toras (de um total de 12 mil autorizados).





Capítulo 8

Estratégia de sustentabilidade financeira de UCs e do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP)

“Fica criado o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP, que será composto: I - pelo conjunto de unidades de conservação federal, estadual e municipal, já existentes e a serem criadas no Estado do Acre; II - pelas reservas legais das propriedades; III - pelas áreas de proteção permanente - APPs; IV - pelas áreas destinadas ao manejo florestal; e V - pelas reservas indígenas”

(Art. 14, LEI N. 2.095, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008, regulamentação do SEANP).

Esta estratégia contou com a participação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), a partir da parceria com o WWF-Brasil e com o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa. O Governo do Acre também participou desta articulação, por meio de suas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (Sema), de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Ambientais (Sedens).

Ela teve como objetivo projetar a demanda por investimentos e custeio de longo prazo para a consolidação e manutenção de UCs, assim como mapear oportunidades, fontes de recurso disponíveis e potenciais, e desenvolver uma estratégia financeira para as UCs Estaduais.

Para o planejamento financeiro do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre (SEANP), foram definidas duas etapas: 1) estimar a demanda por recursos financeiros das 7 UCs Estaduais que formam o SEANP; 2) Mapear fontes de recursos, dimensionando as “lacunas” para as quais não havia financiamento.

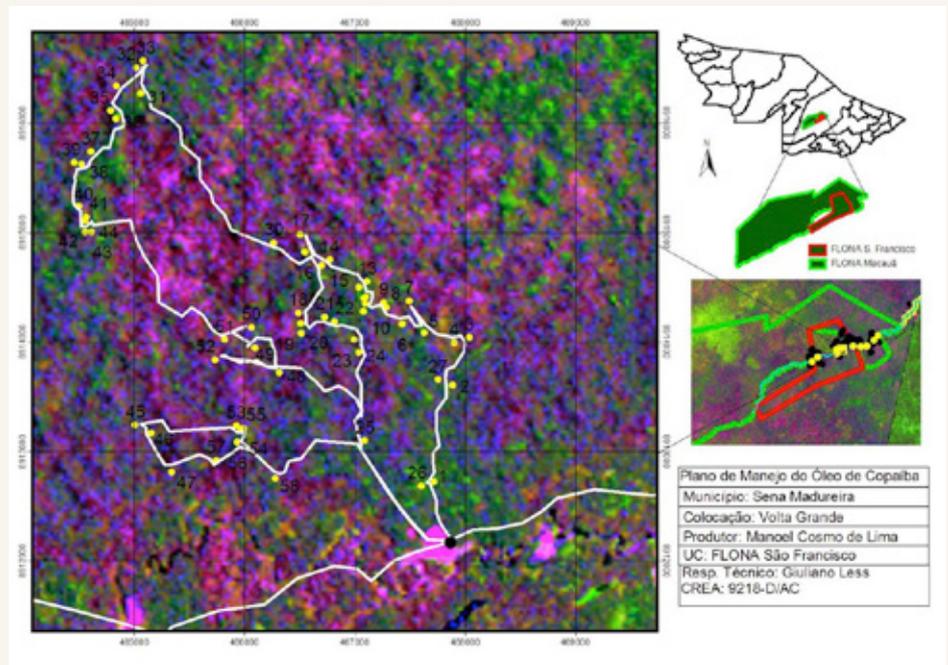
Os resultados e ações desta estratégia serão disponibilizados em uma publicação futura a ser desenvolvida entre o WWF-Brasil e o Funbio.



Capítulo 9

Estratégia de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem

As estratégias são representadas por cadeias de resultado que demonstram a teoria das mudanças que ocorre durante a execução das ações. Para que fosse possível avaliar esses pressupostos, foram definidos alguns indicadores e, posteriormente, foi feito o monitoramento desses indicadores. O projeto foi desenvolvido durante 5 anos. Alguns dos grandes problemas detectados no processo foram a baixa quantidade de dados disponíveis sobre a região e a deficiência nos registros de órgãos oficiais, associações e cooperativas daquela área.



Indicadores de Monitoramento para as respectivas estratégias de implementação de áreas protegidas.

Estratégia	Frequência de coleta	Localização/ UC	Indicadores de Monitoramento
Criação de Unidades de Conservação	Anual	Estado do Acre	- Número de UCs criadas em conformidade com as normativas legais à constituição destes territórios.
Gestão dos recursos hidrobiológicos	Anual	Estado do Acre/ Entorno da RECI	- Número de acordos de pesca regulamentados junto ao órgão competente; - Quantidade (Kg) de pescado comercializado; - Porcentagem (%) de usuários que investem tempo e recursos para desenvolver planos de manejo/ acordos de pesca de recursos hidrobiológicos, em relação ao número total de usuários convocados.
Fortalecimento da gestão participativa	Anual	Estado do Acre/RECI, FLONAs e RECM	- Planos de manejo das UCs aprovados e revisados; - % de pessoas que reconhecem que o manejo florestal gera benefícios; - % de produtores que trabalham de acordo com o estabelecido nos planos das UCs; - Número de planos de manejo reconhecidos pela instituição competente; - Número, composição e frequência de participação nos conselhos gestores; - Número de pautas por tipo de encaminhamento - Número de pautas por tema.
Fortalecimento das cadeias produtivas florestais comunitárias	Anual	Estado do Acre e Rondônia	- % de usuários-chave que investem tempo e recursos para desenvolver planos de manejo florestal, com relação ao total de usuários-chave potenciais; - Quantidade (kg) de produtos florestais comunitários comercializados; - Número de produtores que exercem as atividades de fomento as cadeias produtivas; - Área estimada (ha) para desenvolvimento de atividades produtivas.
Suporte à proteção	Anual	Estado do Acre e Rondônia	- Número de estruturas construídas, equipamentos comprados e recursos disponibilizados para ações de controle e vigilância; - Número de ações de fiscalização realizadas de acordo com os planos de proteção; - Número de denúncias de atores locais que são processadas pelas autoridades locais (Ibama e ICMBio); - Número de capacitações e número de agentes capacitados; - Número de planos de proteção elaborados, prevendo a participação comunitária.
Monitoramento e sustentabilidade financeira	Anual	Estado do Acre	- % de unidades de conservação inclusas no estudo de sustentabilidade financeira SEANP- Acre; - Número de Planos de Sustentabilidade Financeira realizados.

ESTRATÉGIA DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Registro de uma das reuniões, ocorridas em 2014, para elaboração do plano de manejo da Resex do Cazumbá-Iracema.

Ano	Em 2004	Em 2013
Nº de Unidades a serem constituídas	05	-
Nº de Unidades criadas/ regulamentadas	-	01
Área (ha) em potencial		
Área (ha) constituída em UC	-	25.750,972 ha

Em relação ao **nível de efetividade** desta estratégia, conseguiu-se atingir apenas 20 % da meta pretendida.

ESTRATÉGIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HIDROBIOLÓGICOS

Indicador 1

Porcentagem (%) de usuários-chave* que investem tempo e recursos para desenvolver planos de manejo/acordos de pesca de recursos hidrobiológicos, em relação ao número total de usuários-chave convocados.

Número total de pescadores e % de participação de pescadores nas atividades de pesca, no município de Manoel Urbano/AC, 2010.

Série temporal	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Até 2014
Total de pescadores atuando na pesca comercial/MU	38	22	46	31	41	38	23	15
% de usuários motivados	30	17	37	25	33	30	18	10

Série temporal	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2014
Total de usuários-chave/ano	32	298	169	168	256	18	18

Número total de atores locais envolvidos nas atividades do manejo de pesca nas zonas de amortecimento da Resex do Cazumbá-Iracema e FLONAs Macauã e São Francisco/Manoel Urbano/AC.

Série temporal	2005	Até 2014
Formação de AAVs	-	33
Oficina de capacitação em manejo de pesca	25	29
Contagem visual de pirarucu	7	86
Reuniões de monitoramento dos acordos de pesca	-	670
Capacitação em manejo de pirarucu	-	50
Curso de aproveitamento de subprodutos do pirarucu	-	20
Intercâmbio com o Projeto Várzea Santarém	-	5
Intercâmbio com RESEX Cuniã	-	18

Indicador 2

Número de acordos estabelecidos.

Mecanismos de comanejo efetivos, na zona de amortecimento da RESEX do Cazumbá-Iracema e FLONAs Macauã e São Francisco/AC, e bacia hidrográfica do rio Amazonas, 2010.

Verificador	baseline	2005	2006	2007	2008	2009	Até 2014
Número de acordos de pesca comunitários reconhecidos pelo IBAMA	3	4	0	1	3	0	8 acordos

Indicador 3

Número de Infrações Registradas/usuários que apoiam os acordos de pesca.

Tabela. Análise do acordo de pesca [IN 18 de 27.06.2005]. Regras para o lago Novo, Manoel Urbano/AC, 2010.

Critérios	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
			ano do acordo					
N. malhadeira/viagem	2,0	5,0	5,0	4,8	5,0	6,0	5,0	5,6
N. de tarrafa/barco	0,0	0,0	0,0	<1	0,0	0,0	0,0	0,0
Kg de peixe/pescador/mês	15,5	30,7	36,7	26,2	16,3	20,7	28,3	22,8
% Cumprimento do horário de pesca	27,0	73,0	96,0	89,0	93,0	90,0	67,0	57,0
CPUE (kg/malhadeira)	9,5	14,6	13,0	7,9	6,9	8,0	11,3	8,6

Análise do acordo de pesca [IN 18 de 27.06.2005]. Regras para o lago Bela Vista, Manoel Urbano/AC, 2010.

Critérios	2003	2004	2005 ano do acordo	2006	2007	2008	2009	2010
Kg de peixe/embarcação/mês	111,4	13,4	80,3	67,0	64,2	64,9	67,0	0,0
% do Cumprimento do horário de pesca	44,0	59,0	69,0	40,0	27,0	21,0	100,0	0,0
CPUE (kg/malhadeira)	10,9	13,4	8,9	12,2	12,4	11,7	18,4	0,0

Análise do acordo de pesca de manejo de pirarucu [IN 57 de 01.12.2005]. Regras para o lago Santo Antônio, Manoel Urbano/AC, 2010.

Critérios	2003	2004	2005 ano do acordo	2006	2007	2008	2009	2010
Kg de peixe/barco/viagem	191,3	20,0	41,2	0,0	nd	0,0	0,0	0,0
% no Cumprimento do horário de pesca	0,0	0,0	75,0	100,0	50,0	100,0	100,0	100,0
CPUE (kg/malhadeira)	0,0	4,3	23,2	0,0	22,2	0,0	0,0	0,0

Número de pirarucus, por classe: J: Jovens; A: Adultos; e T: número total; capturado na contagem anual de pirarucu. Manoel Urbano/AC, 2010.

Nome do lago	2005			2006			2007			2008			2009			2010		
	J	A	T	J	A	T	J	A	T	J	A	T	J	A	T	J	A	T
Bela Vista ^a	4	5	9												1	4		
Novo ^b	0	0	0										13	30	43	03	10	
Sto. Antonio ^c	26	50	76	30	23	53	98	89	187	53	71	124	26	69	95	52	79	
Bananal	1	4	5												3	1		
Santarém	0	0	0										0	1	1	0	0	

(a) Dados cedidos por WWF-Brasil/2010. (c) Dados retirados do relatório da SEAPROF. (b/c) Para 2009 e 2010, dados obtidos no relatório do consultor, Marcelo Crossa.

Indicador 4

Análise dos dados de desembarque pesqueiro (CPUE)

Comunidades que aproveitam seus recursos sob acordos de comanejo, Manoel Urbano/AC, 2010, CPUE anual/com malhadeira.

Série temporal		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
L. Bela Vista	CPUE (kg/malhadeira)	10,9	13,4	8,9	12,2	12,4	11,7	18,4	0,0
L. Santo Antônio	CPUE (kg/malhadeira)	0,0	4,3	23,2	0,0	22,2	0,0	0,0	0,0
L. Santarém*	CPUE (kg/malhadeira)	23,1	15,2	14,8	8,07	15,3	0,0	0,0	0,0
L. Bananal**	CPUE (kg/malhadeira)	4	9,1	9,1	8,5	9,3	7,3	0,0	7,5

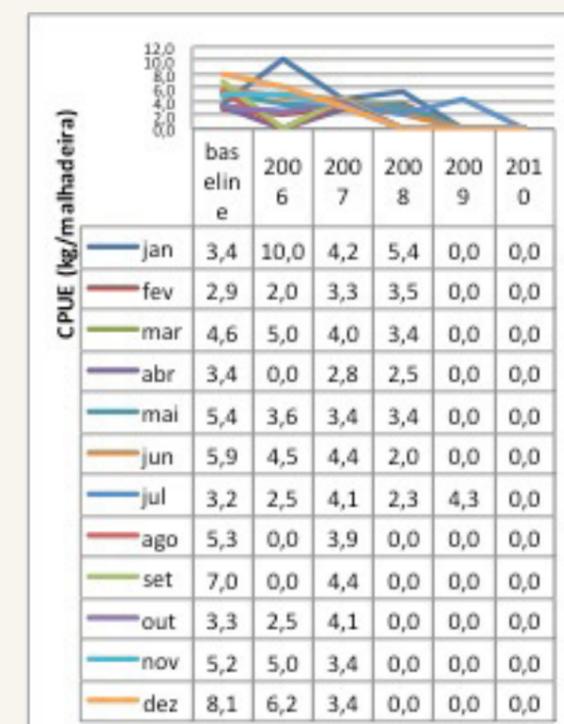
* L. Santarém possui uma proposta de acordo de pesca.

** L. Bananal não possui acordo.

Indicador 5

Análise dos dados de desembarque pesqueiro (Captura por Unidade de Esforço – CPUE).

Variação da CPUE de branquinha (kg/malhadeira), Lago Bela Vista- Manoel Urbano/AC, 2010.



Fonte: Dados SEAPROF, 2010

ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO PARTICIPATIVA

Indicador 1

Número, composição e frequência de Conselhos Gestores em funcionamento.

Registro de Conselhos Gestores e respectivas portarias de criação, 2010.

Sítios monitorados	Número de Conselhos instituídos	Portaria de criação do CG
FLONAs Macauã e São Francisco	1	Portaria nº 2, de 17/01/2002 *Conselho consultivo.
RESEX Chico Mendes	1	Portaria nº 25, de 09/03/2006 *Conselho deliberativo
RESEX Cazumbá-Iracema	1	Portaria nº 28, de 22/05/2003 *Conselho deliberativo.

Registro de Conselhos Gestores e respectivas portarias de criação, RESEX Chico Mendes/AC.

Ano	2010	2011	2012	2013
Número de Conselhos instituídos	1			
Portaria de criação do CG	Portaria nº 25, de 09/03/2006			
Tipo de Conselho	Conselho deliberativo			
Número de câmaras técnicas		Portaria nº 519, de 01/08/2011 GT ocupações irregulares dos seringais RESEX - Rubicon, Santa Fé, Esperança e Porvir.		Proposta de criação de câmara técnica para Ocupações irregulares

Composição do CG das FLONAs, Resex Chico Mendes e do Cazumbá-Iracema. 2010.

UC	Dados	baseline (2002-2004)					2010	2013
		2005	2006	2007	2008	2009		
Flona Macauã/São Francisco	Nº de membros que compõem o CG	15		17	17	19	20	
	Composição do CG	8 governamentais (federais e municipais) 7 não governamentais (associações, ong)		10 governamentais 7 não governamentais	12 governamentais 7 não governamentais	12 governamentais 8 não governamentais		
RESEX Cazumbá-Iracema	Nº de membros que compõem o CG	17		17	13			
	Composição do CG	8 governo (federal, estadual e municipal) 9 não governamental (associações + ONG)		8 governo (federal, estadual e municipal) 9 não governamental (associações + ONG)	4 governo federal, estadual e municipal 9 não governamental (ONG + associações)			
RESEX Chico Mendes	Nº de membros que compõem o CG	29		31	31	25		
	Composição do CG	13 governo (federal, estadual, municipal) 16 não governamentais (associações, cooperativas, sindicatos)		16 governo 15 não governamentais	16 governo 15 não governamentais	12 governo 13 não-governamentais		

Indicador 2

Número de pautas por tipo de encaminhamento.

Pautas das reuniões, ocorrência por categoria, RESEX Chico Mendes/AC.

Categorias	baseline	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
apreciadas	47	29	27	22	15	26	17	11
votadas	5	13	38	16	1	8	2	7
encaminhadas	9	8	18	6	13	23	2	1
reincidentes	13	5	7	2	3	9	3	3

Pautas das reuniões, ocorrência por categoria, RESEX do Cazumbá-Iracema/AC, 2010.

Categorias	baseline	2007	2008	2009	2010	2011	2013
apreciadas	52	26	33	38	15		
votadas	33	21	26	25	10		
encaminhadas	17	8	7	14	2		
reincidentes	5	6	2	8	3		

Número de pautas das reuniões, ocorrência por categoria de tratamento, FLONAs Macauã e São Francisco/AC.

Categorias	baseline	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
apreciadas	6	0	16	23	0	46	6	0
votadas	6	0	13	18	0	7	6	0
encaminhadas	0	0	3	5	0	8	5	0
reincidentes	0	0	1	0	0	8	0	0

Indicador 3

Número de pautas por tipo de tema.

Principais linhas de pautas tratadas pelo CG da RESEX Chico Mendes.

Assuntos	2010	2011	2012	2013
Assuntos sociais	2	2	1	-
Assuntos ambientais	4	2	2	2
Assuntos estruturais	1	1	-	1
Assuntos de consolidação	2	6	-	2
Assuntos culturais	-	-	-	-
Assuntos do CG	3	12	5	5

Principais linhas de pautas tratadas pelo CG da RESEX Cazumbá-Iracema/AC.

Assuntos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Assuntos sociais					7		
Assuntos ambientais					8		
Assuntos estruturais					5		
Assuntos de consolidação					7		
Assuntos culturais					3		
Assuntos do CG					9		

Principais linhas de pautas tratadas pelo CG das FLONAs Macauã e São Francisco/AC.

Assuntos	2010	2011	2012
Assuntos sociais	-	0	0
Assuntos ambientais	-	0	0
Assuntos estruturais	1	1	0
Assuntos de consolidação	2	2	0
Assuntos culturais	1	0	0
Assuntos do CG	3	1	0

Indicador 4

Número de planos de manejo de UCs aprovados e revisados.

Série histórica da instituição de planos de manejo, CMER/AC, 2010.

Ano	baseline	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Planos de Manejo Participativos aprovados.	2	0	1	0	2	2	1	1	1		
Nº de Planos de Manejo Participativos revisados	0									1	2

Foram elaborados 4 Planos de Manejo, sendo 1 para as Flonas Macauã/São Francisco; 1 para a Resex do Cazumbá-Iracema; 1 da Resex Chico Mendes e 1 do Parna Pacaás Novos, de Rondônia. Em 2014, foi feita uma revisão dos planos de manejo das duas Resex e a aprovação definitiva do plano de manejo da Flona Macauã.

Indicador 5

Porcentagem (%) de produtores que trabalham de acordo com o estabelecido nos planos de manejo das UCs.

Controle Social da implementação, FLONAs Macauã e São Francisco/AC, 2013.

Ano	baseline	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº famílias residentes	21	21	21	23	23	21	21	24	24	
Nº pessoas residentes (estimadas)	84	84	84	92	92	92	92	120	120	
Nº de infrações/Atas	0	0	0	0	1	2	0	0	1	
% de pessoas que trabalham em concordância com o estabelecido no plano de manejo.	100	100	100	100	99	98	100	100	100	

Controle Social da implementação, RESEX do Cazumbá-Iracema/AC, 2013.

Ano	baseline	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013
Nº famílias residentes	262	280	280	310	310	320	320	
Nº pessoas residentes (estimadas)	1048	1120	1120	1240	1240	1280	1280	
Nº de infrações	8	6	6	0	0	3	2	
% de pessoas que trabalham em concordância com o estabelecido no plano de manejo.	97	98	98	100	100	99	99	

*As 2 infrações registradas na CIER em 2010 foram referentes a 2 desmates ilegais correspondentes à 11 e 15 hectares respectivamente.

Controle Social da implementação, RESEX Chico Mendes, 2013.

Ano	baseline	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013
Nº famílias residentes	1092	1092	1092	1092	2000	2000	1800	
Nº pessoas residentes (estimadas)	4368	4368	4368	4368	8000	8000	7200	
% de pessoas que trabalham em concordância com o estabelecido no plano de manejo.	nd	nd	nd	70	75	75	75	

Controle Social da implementação, TI Uru Eu Wau Wau/RO, 2010.

Ano	baseline	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013
Nº pessoas residentes (estimadas)	168	nd	nd	350	214	nd	60	
Nº de infrações/Atas	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	
% de pessoas que trabalham em concordância com o estabelecido no plano de manejo.	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	

* em 1980 o número estimado era de 800 indivíduos (GARCIA, 2008).

Indicador 6

Porcentagem (%) de infrações sancionadas em relação às detectadas.

Cumprimento das penalidades relativas a infrações, RESEX Chico Mendes, 2010.

Ano	baseline	2007	2008	2009	2010	2013
% de infrações sancionadas em relação às detectadas	nd	30	25	25	25	

Operações de vistoria e fiscalização nas UCs de Rondônia, 2010.

Invasores	2005		2007		2008		2009		2010
	1	7	360	nd	nd	5	1	26	nd
Ação conjunta	x	x		x		x			
Parceiros		IBAMA/ FUNAI/ Polícia Militar	FUNAI/ Kanindé/ IBAMA/ SIPAM/ Polícia Ambiental de Rondônia / Polícia Federal	FUNAI/ IBAMA/ SIPAM/ Polícia Ambiental de Rondônia / Polícia Federal		Reserva Extrativista Barreiro das Antas, FUNAI e a população indígena Oro-in.	Kanindé, FUNAI, Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau, Associação do Povo Indígena Amondawa, SIPAM e Polícia Ambiental de Rondônia		Polícia Federal
Local (TIUEWW)	nd	Serra da Onça	nd	nd	nd	Alto do rio Pacaás Novos	nd	nd	nd
Característica	Empresário adquiriu 1251 ha, dentro da TI, e desmatou 854 ha. E instalou um rebanho de 1500 bovinos (operação com sobrevôo)	Prisão de invasores	Retirada de 360 (dos 1560 invasores): 6 mandatos de prisão - dos quais 2 foram para vereadores do município de Seringueiras; apreensão de 32 motocicletas e 2 motos; apreensão de 2 motosserras;	38 autos de infração/ 75.000R\$ em multas / 100km desmatado	Apreensão de madeira ilegal (2600 m3/8531 ha desmatados)	Prisão de garimpeiros	1 prisão de invasor	26 prisões, por roubo de madeira, garimpo, invasão e grilagem de terras. Além de, um caminhão com 52 ripas de castanheira, e quatro motocicletas, três motosserras, três espingardas e um revólver calibre 38.	Operação na trilha nos municípios de Seringueiras e Nova Brazilândia/RO

ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO SUPORTE À PROTEÇÃO

Indicador 1

Documento de planos de controle, proteção e vigilância validados pelos atores locais.

Número de planos de trabalho elaborados pelos AAVs, FLONAs Macauã e São Francisco/RESEX do Cazumbá-Iracema/AC, 2010.

SÍTIOS	Ano	baseline	2007	2008	2009	2010
FLONAs	Número de planos de trabalho elaborados pelos AAVs.	0	0	6	4	4
CIER		0	0	16	14	14
CMER		0	0	17	12	12

Número de planos de trabalho elaborados pelos AAVs ou planos de proteção RESEX Cazumbá-Iracema.

Ano	baseline	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Número de planos de trabalho elaborados pelos AAVs/número de planos de proteção sendo implementados por ano	0	0	16	14	14			

Número de planos de trabalho elaborados pelos AAVs ou planos de proteção, RESEX Chico Mendes.

Ano	baseline	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de planos de trabalho elaborados pelos AAVs/número de planos de proteção sendo implementados por ano	0	0	17	12	12	0	0

Número de planos de trabalho elaborados pelos AAVs ou planos de proteção elaborados pela equipe das FLONAs.

Ano	baseline	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de planos de trabalho elaborados pelos AAVs/número de planos de proteção sendo implementados por ano	0	0	6	4	4	0	0

Indicador 2

Número de capacitações realizadas e número de agentes capacitados.

Número de capacitações e número de agentes comunitários capacitados, RESEX Chico Mendes/AC.

Ano	baseline	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Número de capacitações realizadas (ACADEBIO ou no local)	0	1	1	1	1	1	?	?
Número de agentes / fiscais capacitados em atuação	0	10	7	2	4	6	7	12

Número de capacitações e número de agentes comunitários capacitados, RESEX do Cazumbá-Iracema/AC.

Ano	baseline	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total na ativa (2010) Fonte: IBAMA
Número de capacitações realizadas	0	2	1	0	0			-
Número de agentes / fiscais capacitados em atuação	0	16	16	19	0			14

Número de capacitações e número de agentes comunitários capacitados, Flonas Macauã e São Francisco.

Ano	baseline	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total na ativa (2010) Fonte: IBAMA
Número de capacitações realizadas	0	3	1	0	0	0	0	-
Número de agentes / fiscais capacitados em atuação	0	6	6	2	0	0	0	4

Número de capacitações e número de agentes comunitários capacitados.

Sítios	Ano	baseline	2007	2008	2009	2010
PARNA/TI	Número de capacitações realizadas	nd	nd	nd	nd	2
PARNA/TI	Número de agentes capacitados	nd	nd	nd	nd	60

Número de capacitações e número de agentes comunitários capacitados.

Sítios	Ano	baseline	2007	2008	2009	2010	Total na ativa (2010) Fonte: IBAMA
FLONAs	Número de capacitações realizadas	0	3	1	0	0	-
CIER		0	2	1	0	0	-
CMER		0	1	1	0	0	-
FLONAs	Número de agentes capacitados	0	6	6	2	0	4
CIER		0	16	16	19	0	14
CMER		0	10	7	0	0	12

Indicador 7

Número de estruturas construídas, equipamentos comprados e recursos disponibilizados para ações de controle e vigilância.

Repasse de recursos financeiros e aquisição de infraestrutura e materiais.

Ano	2010	2011	2012
Número de novas estruturas construídas por ano	0	0	0
Número de equipamentos novos comprados por ano	6	1	0
Recursos disponibilizados para gastos operativos em ações de C&V			

Indicador 8

Número de ações de fiscalização realizadas de acordo com os planos de proteção.

Ações de Fiscalização realizadas conforme os planos de C&V das FLONAs.

Ano	2010	2011	2012
Número de ações de Fiscalização	1	2	1
Número de relatórios de fiscalização dos AAVs ou dos fiscais	0	0	0
Número de ações de educação ambiental ou orientação realizadas sob as regras da UC	0	0	0

Indicador 9

Número de denúncias de atores locais que são processadas pelas autoridades locais (IBAMA e ICMBio).

Número de denúncias de atores locais processadas pela autoridade local FLONAs Macauã/São Francisco.

Ano	2010	2011	2012
Número de denúncias	1	2	2

ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS FLORESTAIS COMUNITÁRIAS

Indicador 1

Porcentagem (%) de usuários-chave que investem tempo e recursos para desenvolver planos de manejo florestal, com relação ao total de usuários-chave potenciais (usuários que tem condições de explorar determinado recurso).

Envolvimento de produtores na implementação do plano de manejo da castanha, RESEX Chico Mendes/AC.

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº Comunidades envolvidas	3	3	17	17	4	4	1	1			
Nº Total de famílias	2000	2000	2000	2000	2000	1800	1800	1800			
Nº Famílias dedicadas	81	81	250	250	108	108	27	27			
% de usuários	1,3	1,3	12,5	12,5	1,4	1,1	1,5	1,5			

Envolvimento de usuários-chave (produtores) no desenvolvimento do plano de manejo madeireiro comunitário; Número de produtores dedicados; Hectares (ha) manejados em sistema comunitário. Resex Chico Mendes/AC.

Comunidades		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Seringal Cachoeira	Nº	19	19	29	29	29	44	70			
	%	22,90%	22,90%	34,90%	34,90%	34,90%	50,60%	80,50%			
	ha	190	0	0	290	0	0	502			
Remanso	Nº	10	10	10	10	10	15	15			
	%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	5,40%	8,10%	8,10%			
	ha	139	0	0	0	0	207	60			
Equador	Nº	10	10	15 (13)	15 (13)	15 (13)	15 (13)	22			
	%	28,60%	28,60%	42,90%	42,90%	42,90%	42,90%	62,90%			
	ha	100	0	0	150	0	263	0			
Dois Irmãos	Nº	10	10	10	10	10	10	15			
	%	28,60%	28,60%	28,60%	28,60%	28,60%	28,60%	42,90%			
Floresta	Nº	10	10	10	10	10	10	12			
	%	28,60%	28,60%	28,60%	28,60%	28,60%	28,60%	34,30%			
Nº Comunidades		3	3	3	3	3	5	5			
Nº produtores na zona de amortecimento		39	39	54	54	54	74	107			
Nº produtores na RESEX CM		20	20	20	20	20	20	27			
Nº produtores total		59	59	74	74	74	94	134			

Envolvimento de produtores na implementação do plano de manejo da copaíba, RESEX do Cazumbá-Iracema/AC.

Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de famílias residentes	262	280	280	310	310	320	320			
Nº de produtores envolvidos	8	8	8	8	8	19	35			
% de famílias dedicadas	3,1	2,9	2,9	2,6	2,6	5,9	10,3			
Nº de produtores potenciais	72	77	77	85	85	88	88			

Envolvimento de produtores na implementação do plano de manejo da copaíba, FLONAs Macauã e São Francisco/AC.

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Sensibilizados	Nº de produtores envolvidos	21	21	21	23	23	23	23	23	0	
	% de produtores sensibilizados	100	100	100	91	91	91	91	91	0	
Capacitados	Nº de produtores dedicados	12	12	12	12	12	16	16	16	16	
	% de produtores capacitados	57	57	57	57	57	70	70	70	70	



Indicador 2

Número de planos de manejo reconhecidos pela instituição competente.

Planos de manejo de produtos florestais elaborados Resex Chico Mendes/AC.

Ano de finalização	2009	2010	2011	2012
Produto manejado	Castanha/madeira			
Número de planos de manejo de produtos florestais	02			
Número de produtores incluídos no PM	12 - castanha/20 dentro da RESEX - madeira/ madeira na zona de amortecimento.			

Planos de manejo de produtos florestais elaborados RESEX Cazumbá-Iracema/AC.

Ano de finalização	2009	2010	2011	2012	2013
Produto manejado	copaíba				
Número de planos de manejo de produtos florestais	2				
Número de produtores incluídos no PM	52				

Planos de manejo de produtos florestais elaborados FLONAs Macauã/São Francisco.

Ano de finalização	2009	2010	2011	2012
Produto manejado	copaíba	Copaíba, Sementes	Copaíba, Sementes	Copaíba, Sementes
Número de planos de manejo de produtos florestais	2	2	2	2
Número de produtores incluídos no PM	9	16	16	16

Indicador 3

Porcentagem (%) de pessoas que reconhecem que o manejo florestal gera benefícios.

Porcentagem (%) de produtores que reconhecem os benefícios do manejo sustentável de castanha e madeira, RESEX Chico Mendes/AC.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Número produtores que reconhecem os benefícios (madeira)										
% produtores (madeira)										
Número produtores que reconhecem os benefícios (castanha)	26	250	250	27	20	27	nd			
% produtores (castanha)	nd	nd	nd	100%	100%	100%	nd			

Porcentagem (%) de produtores beneficiados através da comercialização da copaíba, nas FLONAs Macauã e São Francisco/AC.

Aproveitamento Verificadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
com planos de manejo	Nº	0	0	0	0	0	14	nd	0
	%	0%	0%	0%	0%	0%	21,6%	0%	0%
sem planos de manejo	Nº	8	8	8	8	8	nd	nd	0
	%	9,10%	9,10%	9,10%	9,10%	9,10%	0%	0%	0%

Porcentagem (%) e número de produtores que reconhecem os benefícios da produção da copaíba, na FLONAs Macauã e São Francisco/AC.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Número produtores que reconhecem os benefícios	nd	nd	11	10	11	12	16	0	0	
% produtores que reconhecem os benefícios	nd	nd	52	43	48	52	70	0	0	





Capítulo 10

Nossa visão: Os principais desafios para a consolidação de UCs

Alguns fatores refletem na ampliação das atividades agropastoris nas UCs: fragilidade de estruturas de produção e comercialização relacionadas a cadeias produtivas do extrativismo; baixos preços de mercado de produtos extrativistas; pressão de fomento da pecuária dentro das UCs e entorno; loteamento, invasão e ocupação irregular de colocações com aumento da área para atividades agropastoris.

1º) Pressões de desmatamento e aumento da pecuária nas reservas:

- Em geral, nas UCs trabalhadas neste projeto, existe um grande desafio, relativo ao aumento do desmatamento e da atividade de pecuária. Na RECM, por exemplo, a pecuária está presente em 97% das unidades domésticas. A população bovina total da RECM alcança 21 mil animais, ocupando uma área de 2.882 ha, 0,29% da área total da unidade (SEMA, 2009). No interior da FLONA, existiam cerca de 270 cabeças de gado, em aproximadamente 100 ha de pastagem. Entre 2007 e 2013, foi constatado que o morador com maior rebanho bovino possuía 22 animais (ICMBio, 2013).
- Em trabalho desenvolvido pela Unidade de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre – UC GEO verificou-se que o desmatamento acumulado de 1988 a 2010 atingiu 8,19% da área total da RECM.
- De 2012 a 2014, a RECM teve um desmatamento acumulado de 3.289 ha que corresponde a 0,34% de área desmatada. A RECI teve um desmatamento de 486 ha, cerca de 0,06% da área da unidade no período (IMAZON, 2014).

2º) Regularização Fundiária:

- Algumas das UCs enfrentam problemas fundiários, com limites e áreas específicas, por questões judiciais, ainda em processo de definição. Por isso, ainda existem conflitos e tensões referentes ao domínio do território, que geram efeitos negativos e incertezas na gestão dessas unidades.
- Foi constatada uma sobreposição da RECI (seringal Guarani) com o PA Boa Esperança a partir de atividade de fiscalização do ICM-Bio. Nesta vistoria, os moradores falavam que eram assentados, sendo que, na verificação nos mapas, estas estavam incluídas nos limites da reserva. O setor de cartografia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - afirma que esta área não era para estar incluída nos limites da reserva.

3º) A divisão das comunidades em razão do aumento da densidade populacional e da entrada de moradores sem perfil extrativista:

- Este é um desafio que tem se tornado cada vez maior nas unidades de conservação. Todas elas sofrem com este problema, em maior ou menor grau. Quanto mais próximas de áreas urbanas e rodovias, mais intenso é este problema. Este fenômeno afeta significativamente os recursos naturais da UCs e gera dinâmicas sociais diferenciadas em regiões específicas dessas áreas protegidas.

“O Seringal Santa-Fé (RECM) abrange uma área total de 1.925 hectares e abriga atualmente cerca de 60 famílias. Possui cerca de 1090 hectares de área desmatada (57%). Tem acesso fácil pelo ramal da Torre, situa-se a 1,5 km da BR-317. Em 1990 havia 03 (três) famílias na região do Seringal que residiam neste local desde a década de setenta. Houve um fluxo de ocupação a partir de 2002. Teve início a venda de “terras” (lotes de aproximadamente 50 hectares). Em 2003, 17 famílias ocuparam a área e foi organizada uma associação local. O fluxo de ocupação se mantém cada vez maior, com fragmentação – por compra e venda de áreas até menores que 10 (dez) hectares. Ocupantes de áreas maiores têm como produção principal a pecuária e são responsáveis pelos maiores desmatamentos. Não há produção extrativista neste seringal. O Seringal Santa Fé foi um dos seringais incluídos no Grupo de Trabalho Interinstitucional para apontar alternativas à ocupação irregular dos seringais Nova Esperança, Santa Fé, Rubicon e Porvir na RECM (2011). O processo de desmatamento nestas áreas chegou a suprimir mais de 50% da vegetação nativa, sendo aproximadamente 11,4% de todo o desmatamento acumulado na UC (compreendem 1,3% da área da unidade)”

4º) Grande pressão de caça e pesca e desmate ilegal:

- Existe atualmente uma área desmatada de 76.430 hectares na Resex Chico Mendes, segundo a Unidade de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre - UCGEO (dado de 2010).

5º) Fiscalização e monitoramento insuficientes:

- Tem-se pouca frequência e regularidade as atividades de vistoria, fiscalização e monitoramento nas UCs. A realidade estrutural e técnica das organizações públicas para realizar as operações de fiscalização são ineficientes diante das demandas e da territorialidade das UCs.

6º) Dificuldades de acesso a alternativas econômicas adequadas aos produtos extrativistas:

- O nível da diversificação da produção é baixa, sendo a mesma baseada em 3 produtos principais: borracha, castanha e madeira. A atividade de pecuária contribui no arranjo produtivo e econômico das famílias. Na RECM, o extrativismo corresponde a 62% e a pecuária consolida 35% da renda do produtor (SEMA, 2009). Mesmo com o potencial, as políticas e programas de apoio aos produtos extrativistas são ineficientes para suprir e consolidar iniciativas que estejam integradas a realidade local e que permitam desenvolver formas e sistemas autônomos de participação do trabalho e de renda.

7º) Dificuldades de manejo de não madeireiros e de políticas e programas para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de agricultura e pastoril:

- A atuação nas UCs a partir das cadeias extrativistas mostrou que existem diversas dificuldades de geração e apropriação de renda no interior das RESEX – principalmente a partir dos produtos florestais não madeireiros e de práticas sustentáveis de agricultura. Este fato mostra a importância da busca por alternativas para ajudar as populações extrativistas a compor sua renda. Equilibrar a demanda pelos produtos com a capacidade de produção e gestão das comunidades é um dos grandes desafios de um projeto como o que foi descrito nesta publicação.

8º) Conhecimento limitado sobre tecnologias para o beneficiamento e comércio de produtos extrativistas:

- Existem poucas experiências ou iniciativas práticas conhecidas a partir de modelos tecnológicos alternativos e que estejam integradas à realidade local e a capacidade de produção, processamento e gestão das organizações e produtores extrativistas. Portanto, vê-se que ainda existe um vasto campo para estudos e levantamentos técnicos visando desenvolver essas cadeias produtivas.

9º) Assistência técnica, capacitação e financiamento limitados:

- Mesmo com a melhoria da assistência, capacitação e financiamento junto aos comunitários residentes dentro ou no entorno das UCs, verifica-se que a necessidade de qualificar e diversificar a formação e assistência técnica - muitas vezes, elas tornam-se monotêmáticas e descontínuas, prejudicando os resultados dos projetos.

10º) Dificuldades do órgão gestor (ICMBio):

- Estão inclusas nessas dificuldades: equipe reduzida e insuficiente para execução das atividades; problemas de relações com outros órgãos federais; dificuldade de execução dos recursos disponíveis e baixa capacidade de articulação com outras esferas de governo e instituições parceiras.



Capítulo 11

Principais oportunidades para a implementação das UCs

1º) Oportunidades relacionadas à gestão participativa:

- Os instrumentos de gestão das UCs não são amplamente conhecidos e/ou entendidos pelas populações residentes. Na RECM, constatou-se que 56% dos moradores não conheciam o Plano de Utilização e apenas 11,26% tinham conhecimento sobre o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, enquanto 69,57% dos moradores desconheciam este direito.
- Na RECI, 33% dos moradores participam das associações locais, 17% participam de cooperativas e 9% são sindicalizados. Nas UCs, os processos de gestão participativa ainda são iniciais, em fase de institucionalização.

2º) Oportunidades relacionadas à administração:

O processo de revisão dos instrumentos de gestão (acordos de gestão e plano de manejo) das UCs, além da continuidade de fortalecimento dos conselhos gestores, é um espaço de disseminação do conhecimento de aspectos da gestão e implementação de UCs. Da mesma forma, a própria administração das unidades permite a integração e articulação com organizações, programas e projetos a partir de demandas estratégicas e operacionais de cada UC.



3º) Oportunidades relacionadas ao patrimônio natural, conservação e proteção:

- Mesmo diante das pressões citadas, todas as unidades possuem potencialidades quanto aos aspectos de patrimônio natural, conservação e proteção de seus recursos naturais.
- A RECI, por exemplo, possui menos de 1% de desmatamento em uma área total de 750 mil hectares, dos quais mais de 450 mil hectares estão em estado preservado e cerca de 300 mil hectares com proteção e uso direto das comunidades tradicionais do local.

4º) Oportunidades geradas pela infraestrutura e oferta de serviços básicos:

- Processos que fortaleçam aspectos educacionais, de saúde e acesso/comunicação são oportunidades quanto ao desenvolvimento da gestão e das unidades. Estes pontos são condicionantes para a manutenção ou não dos moradores nas respectivas áreas e para a implementação das unidades como um todo. Neste sentido, articulação e integração com organizações governamentais e não governamentais em torno de projetos e programas são fundamentais para superação destes desafios. Consolidar experiências e ações educativas com integração do uso e conservação da floresta são necessidades vitais para elevar a efetividade de gestão e o grau de implementação das UCs.

5º) Oportunidades relacionadas ao desenvolvimento econômico e à pesquisa e monitoramento:

- Em geral, o nível da diversificação da produção é baixa, sendo a mesma baseada em 3 produtos principais: borracha, castanha e madeira. A geração de renda das famílias vem do extrativismo, pecuária, agricultura, benefícios sociais e aposentadoria.
- Na RECM, o extrativismo corresponde a 62% da renda do seringueiro. A criação de animais (pecuária) desempenha um papel de “reserva de recursos/poupança” para necessidades de emergência, contribuindo com 9% da renda. A efetividade de ações de pesquisa e monitoramento são elementares para um processo de desenvolvimento de novos produtos e iniciativas que visem fortalecer o desenvolvimento econômico e as cadeias de produtos florestais não madeireiros.

6º) Oportunidades relacionadas à produção e geração de renda:

- Na RECM, 95% das famílias da Resex praticam o extrativismo, 33% das famílias exploram atividades agrícolas, plantando principalmente lavouras brancas, com ênfase no cultivo da mandioca, feijão, arroz e milho (SEMA 2009).
- Existem oportunidades quanto ao desenvolvimento de cadeias produtivas agroextrativistas (cacau, não madeireiros, açaí, FDL, dentre outros) e a disseminação de experiências.
- Estabelecimento de parcerias e arranjos institucionais com atores atuantes nos diversos elos da cadeia produtiva e realização de intercâmbios de experiências coletivas.
- Existe a necessidade de acesso a programas e créditos para o financiamento da safra e desenvolvimento das capacidades gerenciais dos grupos e organizações representativas dos moradores.

7º) Oportunidades relacionadas às instituições governamentais e não governamentais e seus programas e atributos:

- Vários programas e projetos relacionados vêm ocorrendo nas UCs, em maior ou menor grau. No geral, as oportunidades de integração, articulação e desenvolvimento de linhas de ações que possam alavancar focos estratégicos das UCs são promissoras.
- A RECM e RECI estão entre as seis Reservas Extrativistas do país a receber o Programa de Assistência Técnica Ambiental e Sustentável¹ (ATES) para Unidades de Conservação.
- Existe espaço para potencialização de resultados com o o PDC – Programa de Desenvolvimento Comunitário, Plano de Manejo Comunitário e outros programas públicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Garantia de Preço Mínimo (PGPM).

8º) Oportunidades relacionadas à presença de serviços básicos de saúde, educação, energia, comunicação e infraestrutura de acesso:

- Ações e projetos que promovam a melhoria dos serviços básicos, gestão e conservação dos recursos naturais, ajudando na manutenção dos moradores e jovens no interior das UCs.
- Comunicação e energia são fundamentais para o processo de gestão e monitoramento das unidades.

9º) Oportunidades de inclusão de jovens e novas lideranças e de desenvolvimento de processos de educação ambiental, política e produtiva:

- Há uma porcentagem relevante de jovens nas unidades (entre 50 a 60% dos moradores na RECM e 62% na RECI) e de não alfabetizados (mais de 50%), tornando processos de educação junto a este público essenciais para o maior empoderamento e protagonismo das comunidades.
- Existe a necessidade de incluir e manter os jovens nas comunidades extrativistas. No entanto, mesmo ali eles encontram problemas – existe uma dificuldade para se encontrar trabalho, para obter renda e a ausência do Ensino Médio, que leva muitos deles a estudar em outros lugares. Em encontros realizados durante o curso deste projeto, ficou clara a necessidade de se pensar, de forma estratégica, na formação, renovação e integração de novas lideranças ao processo organizativo das comunidades e da gestão participativa.

¹ Em 2014 iniciou o contrato de assistência técnica rural nas duas unidades junto ao INCRA.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL KANINDÉ. *Primeira operação de fiscalização da gestão integrada do Parque Nacional de Pakaas Novos e da Terra Indígena URU- EU- WAU- WAU*. Porto Velho: 2009.

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL KANINDÉ. *Gestão integrada do Parque Nacional de Pakaas Novos e da Terra Indígena URU- EU- WAU- WAU*. Porto Velho: 2011.

ASSEXMA. *Plano de manejo florestal do óleo de copaíba das Flonas Macauã e São Francisco*. Sena Madureira: 2010.

ALMEIDA, Débora. *Governança da parceria multi-institucional do APL da Castanha-do-Brasil*. Rio Branco: 2010.

ALMEIDA, Débora. *Comunidades e Negócios: aprendizagem a partir das cadeias produtivas do óleo de copaíba e folha de defumação líquida*. Rio Branco: 2009.

COOPERFLORESTA. *Balanço dos Resultados – Indicadores de 2007 a 2011*. Rio Branco: 2011.

COOPERFLORESTA. *Planejamento Estratégico*. Rio Branco: 2010.

COOPERFLORESTA. *Relatório da Administração*. Rio Branco: 2006.

CTA. *Lições aprendidas a partir das experiências de manejo florestal comunitário de uso múltiplo*. Rio Branco: 2005.

COOPERFLORESTA. *Monitoramento Socioambiental e Econômico do Manejo Florestal Sustentável Comunitário Madeireiro na Reserva Extrativista Chico Mendes*. Rio Branco: 2014.

COOPERIACO. *Fortalecimento organizacional para produção e comercialização dos produtos extrativistas da RESEX Cazumbá-Iracema*. Rio Branco. 2013.

COOPERIACO. *Apoio a produção de óleo de copaíba manejado proveniente da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e Flonas Macauã e São Francisco*. Rio Branco. 2011.

FUNBIO. *Estudo do ambiente financeiro das Unidades de Conservação do Estado do Acre*. Rio Branco: 2013.

INOVATECH. *Diagnóstico da demanda potencial dos produtos florestais não madeireiros da Resex Cazumbá Iracema*. Rio Branco: 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Resolução n. 01, de 13 de dezembro de 2006*. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes. Xapuri: 2006. http://www.icmbio.gov.br/portal/imagens/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_chico_mendes.pdf

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Resolução n. 56, de 28 de Agosto de 2008*. Sena Madureira. 2008. <http://www>

icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_cazumba-iracema.pdf

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Guia do Conselheiro Florestas Nacionais do Macauã e São Francisco. Sena Madureira. 2011

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Resolução n. 519, de 01 de agosto de 2011*. Cria o Grupo de Trabalho Interinstitucional para apontar alternativas à ocupação irregular dos seringais: Nova Esperança, Santa Fé, Rubicon e Porvir na Resex Chico Mendes.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS NÃO RENOVÁVEIS. *Mapeamento Comunitário Participativo para subsidiar a proposta de criação de UC de Uso Sustentável nas áreas dos rios Croa, Valparaíso e margem direita do rio Juruá*. Cruzeiro do Sul: 2007.

IMAZON. *Áreas protegidas críticas na Amazônia no período de 2012 a 2014*. Belém: 2015.

MARTINS, Bianca Cerqueira. *Monitoramento de indicadores do marco de aprendizagem comum dos sítios de atuação do projeto cabeceiras em Rondônia e Acre/Brasil*. Rio Branco: 2011.

LOPES, Leonardo Luiz Lelis. *Revisão e Fortalecimento da Estrutura de Gestão Participativa da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre*. Rio Branco: 2010.

SCHROEDER, Murel Giacomelli. *Capacitações para a produção e comercialização sustentáveis do óleo de copaíba das UCs Resex Cazumbá Iracema e Fllonas Macauã e São Francisco*. Rio Branco. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE. *Diagnóstico Socioeconômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Rio Branco: 2010.

SOS AMAZÔNIA *Proposta de Revisão do Plano de Manejo Participativo da Resex Chico Mendes*. Rio Branco: 2014.

SOS AMAZÔNIA *Proposta de revisão do plano de manejo participativo da Resex Cazumbá-Iracema*. Sena Madureira: 2014.

SALDANHA, Maria Beatriz. *Projeto FDL e a Borracha Nativa no Acre: Valorizando a floresta na contramão da crise*. Rio Branco: 2011.

TIPOIA. *Fortalecimento da capacidade de gestão e articulação das Associações de Moradores e Produtores das três Unidades de Conservação Federais no Acre (Reserva Extrativista Chico Mendes, Floresta Nacional do Macauã/São Francisco e Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema)*. Rio Branco: 2012.

WWF BRASIL/GIZ. *Manejo sustentável em Unidades de Conservação da Amazônia. Cadeia de Impactos da medida de desenvolvimento*. Rio Branco: 2013.

WWF BRASIL. *Reflexões sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação federais*. Brasília: 2012

WWF BRASIL. *Produção de Borracha FDL e FSA: Guia de Treinamento*. Rio Branco: 2014.

WWF BRASIL. *Manejo do Pirarucu: Sustentabilidade nos lagos do Acre*. Rio Branco: 2011.

WWF BRASIL. *Plano Estratégico para o Bloco de Conservação Acre – Purus (BCAP)*. Brasília: 2008.

Apoiando a Implementação de Áreas Protegidas no Sudoeste da Amazônia: alguns números

12 organizações comunitárias

Contaram com apoio financeiro e técnico para o desenvolvimento de suas atividades gerenciais, organizacionais e produtivas

1,9 milhões

De hectares é a área total de Floresta Amazônica que este projeto ajudou a conservar



5 produtos extrativistas

Tiveram suas cadeias produtivas estruturadas ou melhoradas: óleo de copaíba, castanha, borracha, madeira e pescado

12 mil pessoas

Foram beneficiadas com as ações de conservação desenvolvidas por este projeto



Por que existimos.

Para interromper a degradação do meio ambiente e construir um futuro no qual seres humanos vivam em harmonia com a natureza.

wwf.org.br

© 1986 Símbolo Panda WWF

® "WWF" é uma marca registrada da rede WWF

WWF-Brasil: SHIS EQ QL 6/8, Conjunto E – CEP 71620-430, Brasília, DF – (61) 3364-7400